



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

# Impacto Económico da Igualdade de Géneros

Uma análise empírica de Portugal, Grécia,  
Suécia, Alemanha e França

Trabalho Final na modalidade de Dissertação  
apresentado à Universidade Católica Portuguesa  
para obtenção do grau de mestre em *Business Economics*

por

Marcos Rafael Silva Moura

sob orientação de

Prof. Dra. Alexandra Paula Branco Pinto Leitão  
Prof. Dra. Francisca Rodrigues Sarmiento Guedes De Oliveira

Universidade Católica Portuguesa, Católica Porto Business School  
Abril 2018



# Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à Professora Alexandra Paula Leitão e à Professora Francisca Guedes de Oliveira, pela sua orientação, opiniões e críticas que contribuíram em muito para a realização desta dissertação.

Em seguida, agradecer à minha família e amigos que me transmitiram confiança para que pudesse concluir a dissertação com sucesso.

A todos eles, o meu enorme agradecimento.



# Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo apurar se a igualdade de géneros no acesso à educação e na participação no mercado de trabalho tem implicações no crescimento económico.

Fazendo-se uso de uma regressão com dados em painel, investiga-se até que ponto uma maior igualdade entre géneros contribuiu para o crescimento económico, usando dados para Portugal, Grécia, Suécia, Alemanha e França e analisando um longo período (1960-2010). Este estudo é uma atualização de estudos anteriores, focando-se nestes cinco países em específico.

Conclui-se que a redução do diferencial existente entre géneros, seja nos anos de escolarização ou na participação no mercado de trabalho, tem um impacto bastante positivo no crescimento do PIB *per capita*, isto é, no crescimento económico. Na análise efetuada, a variável da educação parece contribuir mais do que a variável da participação no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Igualdade de géneros, crescimento económico, desenvolvimento económico, economia de géneros



# Abstract

The purpose of this work is to determine whether gender equality in access to education and participation in the labor market has implications on economic growth.

Using a regression with panel data, we investigate to what extent greater gender equality contributed to economic growth, using data for Portugal, Greece, Sweden, Germany and France and analyzing an extended time period (1960-2010). This study is an update of previous studies focusing on these five specific countries.

We find that the reduction of the gender gap, whether in the years of schooling or participation in the labor market, has a very positive impact on GDP growth, that is, on economic growth. In the analysis carried out, the variable of education seems to have contributed more than the variable of participation in the labor market.

Keywords: Gender equality, economic growth, economic development, economics of gender



# Índice

Agradecimentos .....	iii
Resumo.....	v
Abstract .....	vii
Índice .....	ix
Índice de Figuras.....	xi
Índice de Tabelas .....	xiii
Capítulo 1: Introdução .....	15
Capítulo 2: Enquadramento .....	20
2.1. Desigualdade e Crescimento Económico .....	20
2.2. Fatores de Desigualdade .....	24
2.3. Externalidades da Igualdade de Géneros .....	25
2.4. O <i>gap</i> salarial entre géneros.....	27
Capítulo 3: Análise Empírica .....	31
3.1. Dados.....	31
3.1.1. Crescimento Económico .....	31
3.1.2. Educação .....	33
3.1.3. População.....	37
3.1.4. Força de Trabalho e Emprego.....	38
3.1.5. Outros Indicadores.....	41
3.2. Método .....	44
3.2.1. Procedimento de Estimação.....	46
3.2.2. Pré-Estimação.....	48
3.3. Resultados.....	49
3.3.1. Sumário .....	50
3.3.2. Resultados da Regressão .....	51
Capítulo 4: Conclusão .....	54
Referências.....	57
Apêndice .....	62



# Índice de Figuras

Figura 1. Gap Salarial entre Géneros .....	29
Figura 2. PIB <i>per capita</i> 1960-2010.....	32
Figura 3. Crescimento Anual Médio do PIB <i>per capita</i> 1961-2010 .....	33
Figura 4. Percentagem da População Total sem Nível de Ensino 1960-2010 .	34
Figura 5. Rácio Feminino-Masculino em Anos de Escolarização .....	36



# Índice de Tabelas

Tabela 1. Percentagem da População Total sem Nível de Ensino .....	35
Tabela 2. Variáveis, Definições e Fontes .....	47
Tabela 3. Teste Hausman .....	49
Tabela 4. Matrix de Correlação .....	50
Tabela 5. Resultados da Regressão .....	51
Apêndice Tabela 1. Crescimento Anual do PIB <i>per capita</i> .....	62
Apêndice Tabela 2. Rácio Feminino-Masculino de Anos de Escolarização ...	64
Apêndice Tabela 3. Crescimento Anual da População Total (%) .....	66
Apêndice Tabela 4. Crescimento Anual da Taxa da População em Idade Ativa (%) .....	68
Apêndice Tabela 5. Rácio Feminino/Masculino da Taxa de Participação no Mercado de Trabalho .....	70
Apêndice Tabela 6. Estatística Descritiva .....	72



# Capítulo 1

## Introdução

A economia de um país ou região é afetada, seja positiva ou negativamente, por diversos fatores, como culturais, sociais, políticos ou até ambientais. De entre alguns destes fatores a igualdade de géneros tem tido especial atenção, sendo a sua implementação não apenas uma questão de direitos sociais, mas também uma medida que pode ter eventuais implicações económicas.

A igualdade de géneros *“refere-se à igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades de mulheres e homens e meninas e meninos. A igualdade não significa que as mulheres e os homens se tornem iguais, mas que os direitos, responsabilidades e oportunidades das mulheres e dos homens não dependerão se eles nasceram masculino ou feminino”*<sup>1</sup>. Esta definição foi mais tarde adotada pelo EIGE.

A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que *“todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”* (art. 1<sup>o</sup>), *“sem distinção alguma, nomeadamente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra,…”* (art. 2<sup>o</sup>).

Para além da desigualdade de géneros se referir à participação no mercado de trabalho das mulheres, também tem em conta as diferenças salariais, de acesso à educação, ao tempo alocado às atividades sociais e atividades domésticas, ao poder e à saúde. Todos estes indicadores afetam-se reciprocamente, formando,

---

<sup>1</sup> Consultado no site da UN Women (<http://www.un.org/womenwatch/osagi/conceptsanddefinitions.htm>) em Março de 2018.

em conjunto, o índice utilizado pelo Instituto Europeu para a Igualdade do Género (EIGE) (2017) para medir a igualdade de géneros na União Europeia. Entre 2005 e 2015, o progresso a este nível na EU-28 tem sido lento, passando-se de 62 pontos (em 100) em 2005 para 65 em 2012 e 66,2 em 2015. A maior evolução verificou-se no domínio do poder (38,9 em 2005 para 48,5 em 2015). Já no domínio da alocação do tempo houve uma regressão, passando-se de 66,7 em 2005 para 65,7 em 2015. Esta queda é ainda mais acentuada uma vez que em 2012 este valor se cifrava nos 68,9 (EIGE, 2017).

O tema não é recente, tendo já sido abordado por teóricos como Marx, Weber ou Georg Simmel (Gelard e Abdi, 2015). Contudo, apenas mais recentemente os países do Sul da Europa têm dado a devida importância à igualdade de géneros, de modo a aproximar-se nesse indicador dos países nórdicos, como Islândia, Noruega, Finlândia e Suécia. De acordo com o *'Global Gender Gap Report 2017'*, estes países ocupam o primeiro, segundo, terceiro e quinto lugares, respetivamente. Portugal situa-se no trigésimo terceiro lugar do *ranking*, que conta com cento e quarenta e quatro países.

Nesse sentido, têm sido cada vez mais discutidas e aplicadas leis e políticas que conduzam ao fecho do *gap* (diferencial) entre géneros. Como exemplo, temos o caso da aprovação, em Portugal, da lei das quotas de género nas empresas públicas e cotadas em bolsa (Lei nº 62/2017 de 1 de Agosto da Assembleia da República, 2017), que obriga a que nos conselhos de administração e órgãos de fiscalização cada género tenha uma representação mínima de 33,3% (nas cotadas este valor é de 20%, subindo para 33,3% até 2020). Uma vez implementada a lei, será importante aferir se os resultados foram os esperados, isto é, se contribuiu “com resultados significativos num maior equilíbrio de género nos órgãos de gestão de empresas”, tal como sucedeu “em vários outros países da União Europeia” (Presidência da República Portuguesa, 2017). Por outro lado, o facto de “forçar” determinado género (impondo determinado indivíduo pelo seu

gênero e não pelas suas qualificações ou méritos) a estar presente nestes órgãos poderá trazer efeitos negativos. Nima Sanandaji no seu livro *“The Nordic Gender Equality Paradox”* (Maio, 2016), estuda planos de igualdade de géneros nos países nórdicos, mostra que, especialmente na Noruega, o efeito das quotas é neutro ou até negativo no avanço das mulheres e na performance das empresas. O autor afirma que, após o anúncio da imposição de quotas, os valores das ações no país caíram 3,5% e que as mesmas produziram pouco ou nenhum efeito no pagamento às mulheres ou na escolha das próprias mulheres de entrarem no mundo dos negócios. Isto poderá acontecer não pela falta de capacidade no género feminino, mas antes, dada a pressão das quotas, pela promoção mais rápida de mulheres mais jovens e, como tal, menos experientes.

É neste sentido que surgem diversos movimentos a lutar pela igualdade de géneros. Embora não seja possível definir o momento e local exato do primeiro manifesto a alertar para este tema, é certo que remonta, no mínimo, até 1673, quando François Poullain de la Barre publica *“De l’égalité des deux sexes, discours physique et moral où l’on voit l’importance de se défaire des préjugés”*<sup>2</sup>. Nele, François Poullain sugere que as mulheres devem receber uma educação verdadeira.

Em 1789, em plena Revolução Francesa, o Marquês de Condorcet, filósofo e matemático francês, publica o artigo *“Sur l’admission des femmes au droit de Cité”* (Sobre a Admissão das Mulheres aos Direitos da Cidadania). O autor defende claramente que *“ainsi les femmes ayant ces mêmes qualités, ont nécessairement des droits égaux. Ou aucun individu de l’espèce humaine n’a de véritables droits, ou tous ont les mêmes; et celui qui vote contre le droit d’un autre, quels que soient sa religion, sa couleur ou son sexe, a dès lors abjuré les siens”*<sup>3</sup> (Leith et al., 1989, p. 122).

---

<sup>2</sup> “Igualdade dos dois sexos, discurso físico e moral onde vemos a importância de se livrar dos preconceitos”.

<sup>3</sup> “Assim, as mulheres com essas mesmas qualidades têm necessariamente direitos iguais. Ou nenhum indivíduo da espécie humana tem direitos reais, ou todos têm o mesmo; e quem vota contra o direito de outro, qualquer que seja sua religião, cor ou sexo, abjurou o seu próprio.”

Em 1893, a Nova Zelândia torna-se no primeiro país a conceder à mulher o direito de voto. Na Europa, surge pela primeira vez na Finlândia, 1906.

Mais tarde, surge a Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher (1948), a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1953) ou a Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979), dando-se cada vez mais ênfase a esta questão.

No início do atual milénio, foram formulados pela ONU os ‘Objetivos de Desenvolvimento do Milénio’, no qual o objetivo 3 pressupunha a promoção da igualdade de géneros e o empoderamento das mulheres (UN, 2000). Em 2015, a ONU aprovou a Agenda 2030, que definiu “17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, com o objetivo de erradicar a pobreza e obter um desenvolvimento económico, social e ambiental a cumprir até ao ano de 2030. De entre os 17 objetivos, o quinto reforça exatamente a temática da igualdade de géneros, sendo uma das grandes metas deste documento (UN, 2015).

Admitindo desde já que existem, efetivamente, desigualdades e diferenças de tratamento entre géneros (como comprovam os dados que iremos analisar posteriormente) e que, de uma perspetiva do bem-estar da população, da justiça social e de normas éticas e morais, é crucial uma maior aproximação entre homem e mulher, esta dissertação visa essencialmente responder à seguinte questão de investigação: qual o impacto da (des)igualdade de género no crescimento económico?

A presente dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. O primeiro, que corresponde a esta introdução, trata de identificar os objetivos do estudo, a motivação para o mesmo e fornecer um curto retrato do mundo no campo da igualdade de géneros.

O segundo capítulo consiste num enquadramento do tema, onde se abordam outros estudos anteriores e os resultados obtidos pelos seus autores. Começa por se abordar e relacionar a desigualdade entre géneros e o crescimento económico,

fornecendo bases bibliográficas. Em seguida, são enumerados alguns fatores que provocam desigualdade. São ainda abordadas possíveis externalidade provocadas pela igualdade de géneros. Finalmente, é feita uma análise atual do *gap* salarial entre géneros, dando-nos uma ideia geral das disparidades existentes e de alguns dos fatores que contribuem para que tal.

No terceiro capítulo é efetuada a análise empírica. Começa por se apresentar os dados relevantes para o estudo e uma análise dos mesmos. Em seguida é feita a descrição do método e do procedimento de estimação – e o suporte bibliográfico para o mesmo – e é fornecida a equação a estimar. Por último, são descritos e analisados os resultados obtidos.

Finalmente, o quarto e último capítulo corresponde à conclusão. São sumariados os principais resultados, os desafios encontrados e dadas sugestões para estudos futuros.

# Capítulo 2

## Enquadramento

### 2.1. Desigualdade e Crescimento Económico

Numa ótica de maximizar o crescimento económico, a (des)igualdade de géneros tem sido estudada por diversos autores a fim de se entender se realmente uma maior paridade se traduz num impacto positivo na economia, geralmente entendido como crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo Bettio e Mark (2008) o PIB pode não ser, por vezes, a medida mais correta por não levar em conta o trabalho doméstico (por não ser contabilizado na economia formal). De acordo com dados do *Eurofound*, reproduzidos pelo EIGE (2017), as mulheres passam, em média, 26 horas semanais nestas atividades, enquanto os homens apenas 9 e, mesmo considerando que os homens dedicam mais tempo ao trabalho pago (41 horas comparado com 34 das mulheres), quando considerado trabalho pago e não pago, no total, as mulheres trabalham 64 horas semanais comparativamente a 53 horas dos homens. Ainda assim, tendo em conta todas as limitações, o facto de permitir facilmente comparações *cross-country*, o PIB continua a ser o melhor indicador e o mais amplamente aceite (EIGE, 2017).

O simples facto de a educação abranger um maior grupo de pessoas, alargando-se à população feminina, irá fazer com que o nível do capital humano seja aumentado, traduzindo-se em maior produtividade e, finalmente, em crescimento económico. Neste caso, as empresas poderiam escolher os seus

colaboradores de uma ‘pool’ de talentos maior, garantindo-se desde logo que candidatos produtivos não seriam excluídos do processo de seleção (Klasen, 1999). O autor refere-se a este impacto como um impacto “direto” no crescimento económico, causado exatamente por uma desigualdade na educação.

Esta teoria é ainda confirmada empiricamente por Dollar e Gatti (1999), que estudaram mais de 100 países entre 1975 e 1990, concluindo que a desigualdade na educação afeta o crescimento pelo facto de baixar a média do capital humano. Ainda no mesmo estudo, concluíram os autores que ocorre uma afetação mútua entre igualdade de géneros e desenvolvimento económico, uma vez que a educação feminina é um investimento que aumenta o rendimento nacional o que, por sua vez, leva a uma maior igualdade de géneros, quer na educação ou outras áreas, ocorrendo o efeito “bola de neve”.

Barro e Lee (2010), num estudo que agrega 146 países e com dados de 1950 a 2010, confirmam que o nível de escolaridade dos trabalhadores, independentemente do género, tem um impacto positivo no rendimento de um país.

Psacharopoulos (1993) compilou dados da taxa de retorno do investimento na educação em diversos países. Fazendo-se valer da lei dos rendimentos decrescentes, verifica que os retornos na produtividade no trabalho decrescem à medida que o investimento na educação é aumentado. Ainda, descobre que os retornos da educação feminina são superiores aos da educação masculina em mais de um ponto percentual. Knowles, Lorgelly e Owen (2002) apresentam evidência empírica que a educação feminina tem um impacto positivo e estatisticamente significativo na produtividade no trabalho.

Blackden *et al.* (2007), focando-se no continente Africano, também afirmam que há “evidências consideráveis” de que desigualdade na educação, assim como no emprego no setor formal, reduzem o crescimento e que as desigualdades no acesso à terra e *inputs* produtivos reduzem a produtividade agrícola, o

investimento e modernização, e que as desigualdades nos encargos do tempo contribuem para reduzir a capacidade das mulheres de participar efetivamente e beneficiar igualmente do crescimento e da redução da pobreza da região.

Uma das áreas da educação que influenciaria positivamente a taxa de emprego é a área das Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM). Em 2015, na EU-28, 75% dos estudantes eram homens. Mais educação feminina nas STEM resultaria num aumento das taxas de emprego de 0,5 para 0,8 (2030) e 2,1 para 3,5 (2050) (EIGE, 2017).

Considerando ainda sociedades com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), numa amostra com catorze países e num período entre 2002 e 2012, Gelard e Abdi (2015) constataram que aumentar a igualdade em todas as áreas relacionadas com o mercado de trabalho, emprego, educação, salários e cultura permite aumentar o crescimento económico.

Por outro lado, Blecker e Seguino (2002), que focaram a sua pesquisa em economias orientadas para a exportação, de dois setores, semi-industrializadas, na qual mulheres trabalhadoras estão concentradas na produção de exportação, descobriram que aumentar o salário das mulheres relativamente ao dos homens pode resultar em perda de competitividade nas exportações. Deste modo, igualdade de géneros poderá não ser compatível com uma economia semi-industrializada orientada para a exportação, sobretudo se as mulheres tiverem emprego neste setor.

Num estudo mais recente, Ramanayake e Ghosh (2017) compararam o papel do *gap* entre géneros no desenvolvimento económico entre países da OCDE e em desenvolvimento. Para tal, utilizaram um índice que captura vários aspetos da desigualdade, incluindo diferenças de oportunidades e resultados. Através de uma análise empírica com dados de mais de 100 países e um período de 2006-2015, concluíram que a redução da desigualdade de géneros pode contribuir para um significativo crescimento sustentado, principalmente para os países em

desenvolvimento. Como tal, políticas que promovam a igualdade de géneros em termos de salários, educação, emprego e representatividade política e legal vai impulsionar o crescimento económico destes países. Para os países da OCDE o efeito de tais políticas é ainda pouco claro. Refere ainda que estes resultados são consistentes com os de Hakura *et al.* (2016), Elborgh-Woytek *et al.* (2013) e Stotsky (2006).

Ferrant (2011), que também havia feito uso do conceito multidimensional da desigualdade de géneros, chegou a conclusões semelhantes. No rendimento *per capita* no longo prazo, a desigualdade entre homem e mulher explica 16% da diferença entre o Sul Asiático e Ásia Oriental/Pacífico, por exemplo. Países com as mesmas características em investimento, capital humano e força de trabalho podem ter diferentes caminhos de crescimento dependendo da extensão da desigualdade.

Cabeza-García *et al.* (2018) ampliaram o âmbito da desigualdade de géneros e incluíram educação, acesso ao mercado de trabalho, fertilidade e fecundidade, e democracia. Utilizando uma amostra de 127 países (2000-2014), concluíram empiricamente que estes fatores representam um efeito significativo no crescimento económico. Os efeitos na economia são positivos para um maior acesso da mulher ao ensino secundário, maior acesso ao mercado de trabalho e maior participação política por parte do género feminino. Inversamente, alta taxa de fertilidade tem um impacto negativo.

Baloch (2017) obtém resultados condizentes. Analisando empiricamente um painel de 110 países (desenvolvidos e em desenvolvimento) para o período 2006-2012, constata que fomentar a igualdade de géneros tem um impacto positivo e significativo no crescimento económico.

## 2.2. Fatores de Desigualdade

A direção da causalidade é um importante conceito para entender de que forma a desigualdade e a economia se afetam. A desigualdade de géneros afeta o crescimento económico – como já visto aqui – mas o próprio estado ou estágio de uma economia pode também afetar a relação entre géneros. Por vezes, pode incorrer-se em “*loops*” (como veremos mais à frente), onde o progresso numa área pode desencadear uma série de reações em cadeia.

Jayachandran (2014) argumenta que grande parte da relação entre desenvolvimento e igualdade de géneros pode ser explicado pelo próprio processo de desenvolvimento. Em primeiro, o crescimento do setor dos serviços em detrimento da agricultura e manufatura, que requerem mais força física, faz aumentar a produtividade relativa das mulheres. Esta transição setorial ao longo do desenvolvimento de uma sociedade oferece uma explicação para uma maior desigualdade em países subdesenvolvidos. Em segundo, o avanço tecnológico reduz o tempo necessário para as tarefas domésticas. Uma vez que as mulheres desempenham a maior parte dos trabalhos domésticos, numa sociedade menos avançada o tempo que lhes resta é muito diminuído. Por fim, a autora aponta a fertilidade e as gravidezes de risco como outro fator de desigualdade. Em países subdesenvolvidos a fertilidade é mais elevada (por conta de acesso limitado a métodos contraceptivos, por exemplo) e o risco também é mais elevado. Contudo, Jayachandran refere que alguns fatores específicos de cada sociedade também representam fatores importantes na desigualdade. Como exemplos, (1) o desejo de manter a “pureza” da mulher faz com que se limite a sua mobilidade física ou (2) o costume de um casal casado viver com a família do marido faz com que os pais prefiram investir na educação e saúde dos filhos uma vez que estes vão permanecer parte da família.

Becker (1962), refere que a teoria do capital humano define que os indivíduos escolhem investir ou não em educação de uma forma racional, ou seja, dependendo do custo e benefício de tal investimento. Se, numa sociedade, é expectável que os homens, na sua fase adulta, venham a receber mais que as mulheres, então é natural que a opção dos pais recaia sobre dar mais educação aos filhos ao invés das filhas, uma vez que esperam obter maior retorno dessa forma. Os custos aqui mencionados são, de forma direta, os associados com despesas escolares e, de forma indireta, o custo de oportunidade, dado o tempo despendido em estudos que poderiam ser aproveitados. Por outro lado, os benefícios referem-se ao aumento nos ganhos futuros por via do investimento no aumento da educação.

Assim, concluiu-se que o investimento na educação é esperado que cresça com o aumento dos retornos esperados e decresça com o aumento dos custos (Parker e Pederzini, 1999). Também Anderson (2003), citado por Gelard e Abdi (2015), concluiu que a existência de diferenças salariais e a discriminação que as mulheres sofrem no mercado de trabalho conduzem a um menor investimento na educação das raparigas em detrimento dos rapazes.

### 2.3. Externalidades da Igualdade de Géneros

A igualdade de géneros e, mais concretamente, o papel cada vez mais preponderante da mulher na sociedade resulta em externalidades positivas que, ultimamente, se reflete na economia.

Nos países em desenvolvimento, a desigualdade na educação limita o progresso na redução da fertilidade e da mortalidade infantil, comprometendo o aumento do bem-estar da população (Klasen, 1999). Com a gradual introdução da mulher nas escolas, aumentando a sua escolarização, a fertilidade diminui e,

por conseguinte, também a mortalidade infantil, traduzindo-se num maior crescimento económico da região (ver também Cavalcanti e Tavares, 2007). Aqui, ocorre um “loop”:

- (1) um maior capital por trabalhador sobe o salário relativo das mulheres,
- (2) o maior salário relativo das mulheres reduz a fertilidade ao aumentar o custo das crianças mais do que o rendimento familiar (custo de oportunidade) e
- (3) uma menor fertilidade aumenta o capital por trabalhador, voltando-se ao início.

Este ciclo positivo gera uma transição demográfica: um declínio rápido na fertilidade, acompanhado de crescimento acelerado do produto (Galor e Weil, 1996). Para Klasen (1999), este impacto da desigualdade de géneros no crescimento populacional, assim como no investimento, é considerado como um impacto “indireto” que afeta negativamente o crescimento económico e, somando-se ao impacto direto – referido anteriormente – é a causa de uma diferença entre 0,4 e 0,9% nas taxas de crescimento entre a Ásia Oriental e a África Subsariana, Sul Asiático e Médio Oriente (maior desigualdade de géneros nas últimas), segundo o estudo empírico do autor. Estendendo a amostra ao ano de 2000, Klasen e Lamanna (2009) concluíram, através de um novo estudo empírico à escala mundial, que a desigualdade na educação e no emprego não permitem um maior crescimento no Médio Oriente e África do Norte (MENA) e Sul Asiático, apresentando resultados semelhantes.

Ainda em relação às externalidades da educação feminina, mais concretamente à redução da fertilidade, Bloom e Williamson (1998) referem-se à ocorrência de uma transição demográfica no decorrer de várias décadas. Nesta transição, a população ativa cresce a um ritmo muito mais elevado que a população dependente, resultando no aumento da capacidade produtiva *per capita* (“*demographic gift*”). Estes resultados foram confirmados empiricamente pelos autores, aludindo a economias da Ásia Oriental no período entre 1965 e 1990.

Importante sublinhar que este efeito ocorre apenas quando a população ativa e a população em geral crescem em ritmos diferentes, sendo, portanto, um efeito transitório e não permanente.

Kabeer e Natali (2013) enumeram algumas das externalidades positivas resultantes da igualdade de géneros. Se as mulheres tiverem um acesso facilitado à educação e a oportunidades económicas, então é mais provável que isto leve a um maior investimento no capital humano dos filhos. Isto traduz-se numa maior produtividade da próxima geração de trabalhadores. Simultaneamente, maiores níveis de educação feminina e de participação no mercado de trabalho também foram descobertos como sendo fatores para provocar o declínio da fertilidade o que, por seu turno, reduz o fardo na economia e aumenta a poupança. Aumentando as capacidades cognitivas da mulher, a mortalidade infantil também reduz.

## 2.4. O gap salarial entre géneros

No que concerne ao *pay gap*, entendido como a diferença entre o salário pago a homens e mulheres, vários estudos e relatórios – enumerados de seguida – comprovam que existe efetivamente um diferencial negativo para o género feminino.

Segundo dados da OCDE, considerando países membros e países pertencentes aos G20, a Índia é o país que apresenta o maior *gap* (Figura 1). Em 2012 (dados mais recentes para a Índia), o *gap* no país encontrava-se nos 56%<sup>4</sup>, o mesmo valor que em 2010. Isto seria o equivalente a dizer que na Índia as mulheres trabalham sem serem pagas os primeiros 204 dias do ano. Portugal surge em 11<sup>o</sup> do *ranking*

---

<sup>4</sup> Calculado como a diferença entre os ganhos médios do homem e da mulher a dividir pelos ganhos médios do homem.

com 18,9% em 2015 (69 dias sem pagamento), a Alemanha<sup>5</sup> em 17º com 17,1% (62 dias), a Suécia<sup>6</sup> em 25º com 13,4% (49 dias), a França<sup>5</sup> em 33º com 9,9% (36 dias) e finalmente a Grécia em 37º com 6,2% (23 dias). Os valores da Grécia ganham especial relevância uma vez que em 2010 o *gap* se encontrava nos 12,2%, conseguindo uma queda bastante acentuada. Em 2015, a média da OCDE era de 14,3%.

Albrecht, Björklund e Vroman (2003), utilizando dados de 1998 para a Suécia, concluíram que o logaritmo da diferença salarial entre géneros no país vai aumentando ao longo da distribuição salarial e acelera na parte superior da cauda. Para os autores, isto é interpretado como uma forte evidência para o “*glass ceiling effect*”<sup>7</sup>.

Arulampalam, Booth e Bryan (2007), que estenderam o estudo a 11 países da Europa e utilizaram dados harmonizados para o período 1995-2001, obtiveram resultados semelhantes. O diferencial tipicamente alargava em direção ao topo da distribuição (“*glass ceiling effect*”) e em alguns casos alargava em direção ao fundo (“*sticky floor effect*”<sup>8</sup>).

---

<sup>5</sup> Valores de 2014.

<sup>6</sup> Valores de 2013.

<sup>7</sup> Representa desigualdade entre o homem e a mulher, existindo uma barreira a um maior avanço por parte das mulheres uma vez que atingem um certo nível.

<sup>8</sup> Situação onde homem e mulher seriam idênticos e poderiam ser nomeados para a mesma escala de remuneração, mas as mulheres são nomeadas no fundo e os homens acima na escala.

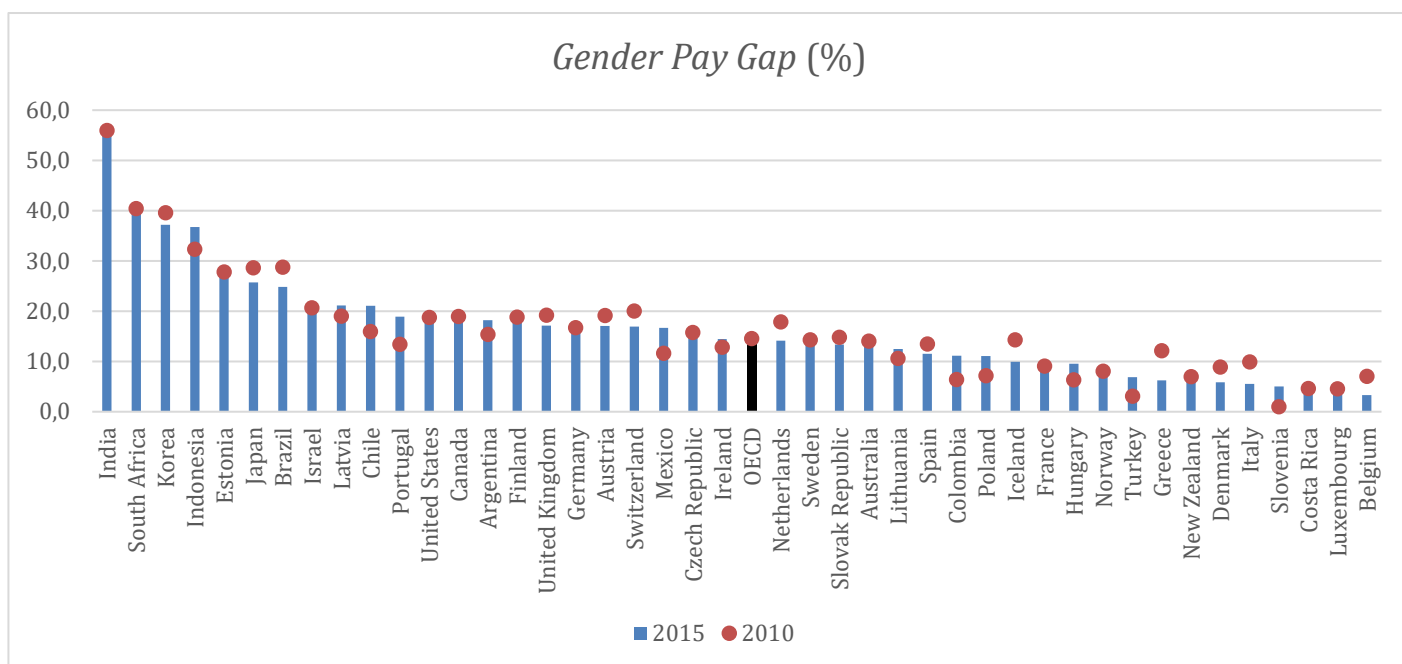


Figura 1. Gap Salarial entre Gêneros<sup>9</sup>

Fonte: Gráfico produzido pelo autor com dados da OCDE

Blau e Khan (1999) procuraram entender quais os determinantes do gap salarial entre gêneros. Através de um estudo empírico a nível internacional concluíram que, para além de fatores específicos de cada género, também a estrutura salarial de cada país (salários mínimos, por exemplo) tem influência no gap. Na verdade, concluíram que a razão para os Estados Unidos terem um maior gap quando comparado com os outros países se deve quase na totalidade à estrutura salarial<sup>10</sup>. Pelo contrário, fazendo uma análise temporal dentro dos E.U., os fatores tradicionais específicos a cada género (aumento das qualificações das mulheres em relação aos homens ou o declínio na discriminação no mercado de trabalho) já desempenham um papel importante na equação. Tão importante que, caso não existisse uma evolução significativa nesses fatores, o *gap* teria

<sup>9</sup> a) Os dados referem-se a ganhos semanais para a Austrália, Canadá, Índia, Irlanda, Reino Unido e Estados Unidos, e a ganhos horários para a Dinamarca, Grécia, Islândia, Nova Zelândia, Portugal e Espanha.

b) Os dados referem-se a 2014, não a 2015, para Argentina, Bélgica, Brasil, Estônia, França, Alemanha, Indonésia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Polónia, Eslovênia, Espanha, Suíça e Turquia. Referem-se a 2013 para a Suécia, 2012 para a Índia e África do Sul e 2011 para Israel. Os dados referem-se a 2011, não a 2010, para o Brasil, o Chile e a Costa Rica.

<sup>10</sup> A estrutura salarial descreve o conjunto de preços definidos para várias habilidades do mercado de trabalho (medidas e não medidas) e as remunerações recebidas para o emprego em setores específicos da economia (Blau e Khan, 1999).

alargado em vez de estreitado, como aconteceu. Assim, concluíram que a estrutura salarial apresenta um impacto mais significativo na comparação internacional do que propriamente na análise temporal.

Num estudo mais recente, Blau e Khan (2017) mostraram que o gap salarial nos E.U. diminui drasticamente entre 1980 e 1989, continuando a diminuir a um ritmo inferior até 2010. Para isto, muito contribuiu o aumento da educação e experiência das mulheres ou a eliminação da falta de cobertura sindical dado ao género feminino. Contudo, pese embora o facto de que estes fatores de capital humano (educação e experiência) tenham um grande peso no estreitamento do *gap*, quando analisado de forma agregada no ano de 2010 estes factos explicam de forma muito insuficiente a disparidade existente. Isto acontece porque as mulheres ultrapassaram os homens a nível educacional e a nível de experiência a diferença foi drasticamente reduzida, pelo que estes dois fatores, em conjunto, não explicam o *gap* salarial desfavorável para as mulheres. No mesmo estudo, os autores mostram que o *gap* diminui muito mais lentamente no topo da distribuição salarial do que no meio e no fundo.

Ainda no que diz respeito ao topo da distribuição salarial, Fortin, Bell e Böhm (2017) analisam dados do Canadá, Suécia e Reino Unido para explorar o impacto da falta de representatividade feminina nos cargos de topo no *gap* salarial. No que à representatividade diz respeito, nos 90% com menos ganhos metade são mulheres, nos seguintes 9%, 25% são mulheres, nos seguintes 0,9%, 15% são mulheres e nos 0,1% que mais ganham, apenas 10% são mulheres. O estudo prossegue com a evolução dentro de cada um destes quatro grupos percentis. Para cerca de 95% das mulheres (que se encontram no grupo dos 90%), o *gap* é bastante mais favorável em 10% a 16% que na análise geral. Nos seguintes 9% e 0,9% as mulheres têm rácios ainda mais favoráveis (a roçar a paridade), enquanto que no topo 0.1% é onde o “*glass ceiling effect*” está mais concentrado.

# Capítulo 3

## Análise Empírica

### 3.1. Dados

Nesta secção serão apresentados dados relativos ao crescimento, educação, participação da força de trabalho e emprego em Portugal, Grécia, Suécia, Alemanha e França, seguido de uma breve análise teórica dos mesmos. A escolha destes países surgiu pelo facto de se pretender estudar o impacto económico da igualdade de géneros na Europa, optando-se por este conjunto de países como amostra. Para além da disponibilidade de dados, outro fator que pesou na escolha foi o facto de que os cinco países estão em diferentes patamares de igualdade de géneros, de acordo com o “*Gender Equality Index 2017*” (EIGE, 2017). Assim, a amostra torna-se mais equilibrada.

A limitação dos dados a 2010 prende-se com o facto de se pretender fazer uma análise pré-crise, evitando o enviesamento da amostra com fatores externos à igualdade de géneros.

Os dados serão depois utilizados empiricamente, no cálculo das regressões.

#### 3.1.1. Crescimento Económico

O Produto Interno Bruto (PIB) é o indicador mais amplamente aceite quando se trata de avaliar o crescimento económico de um determinado país ou região. Por outro lado, o PIB *per capita* é muito utilizado no que toca à comparação do

nível de vida entre países. Deste modo, neste estudo, o crescimento anual do PIB *per capita* (a preços constantes de 2010, em US\$) será utilizado como variável dependente e como *proxy* para o crescimento económico.

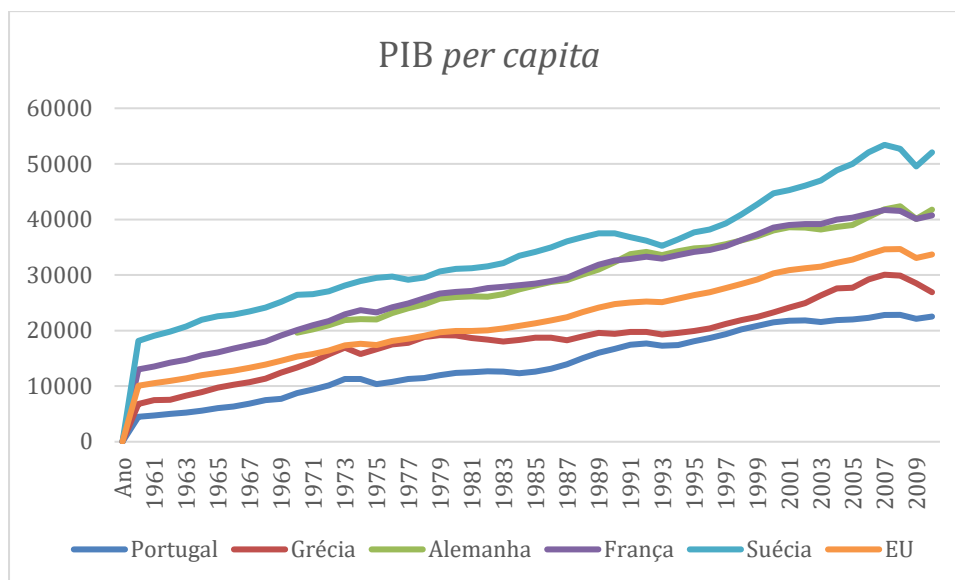


Figura 2. PIB *per capita* 1960-2010

Fonte: Gráfico produzido pelo autor com dados do *World Bank*

Como demonstra a Figura 2, o PIB *per capita* tem crescido de forma consistente e mais ou menos regular em todos os países em análise, acompanhando a média da União Europeia. Portugal mantém-se com o nível de vida mais baixo (22.538\$, em 2010), seguido da Grécia (26.917\$), ambos abaixo da média da União Europeia (33.687\$). Já acima da média encontra-se a França (40.703\$) e a Alemanha (41.785\$), com valores muito próximos e, finalmente, a Suécia (52.076\$), com valores bastante destacados (quase duas vezes e meia em relação aos de Portugal).

No que diz respeito ao crescimento anual, a Figura 3 demonstra que, no período 1961-2010 Portugal foi o país com o crescimento mais acelerado, seguido da Grécia, França, Suécia e Alemanha. Contudo, estes valores não nos conferem uma análise totalmente adequada do ritmo de crescimento pelo facto de que os valores médios são influenciados por certos períodos tidos como *outliers*. No caso

de Portugal, por exemplo, o período pré 25 de Abril tem um grande impacto positivo na média. Nota ainda para o facto de que, no primeiro ano em análise, os valores do PIB *per capita* são bastante diferentes de um país para o outro (o de Portugal, por exemplo, é quatro vezes inferior ao da Suécia), pelo que é natural e expectável que o crescimento seja mais acelerado nos países onde o nível era mais baixo.

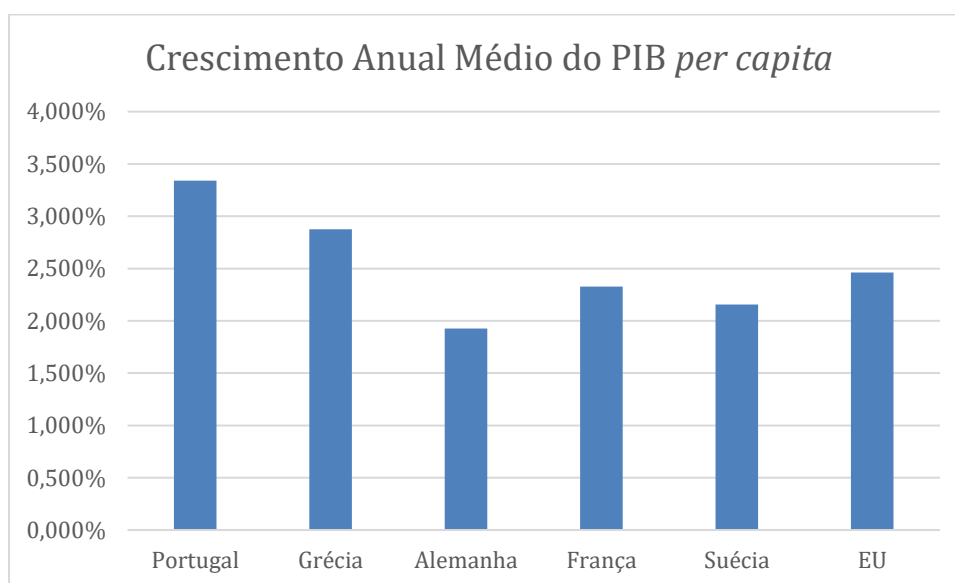


Figura 3. Crescimento Anual Médio do PIB *per capita* 1961-2010  
Fonte: Gráfico produzido pelo autor com dados do *World Bank*

A Tabela 1 do Apêndice apresenta uma análise mais detalhada dos dados. Uma vez que os dados do PIB *per capita* mais antigos são referentes ao ano de 1960, o crescimento só foi possível calcular-se a partir do ano seguinte.

### 3.1.2. Educação

Indicadores de cariz não económicos, como o nível de educação da população, têm demonstrado uma evolução muito positiva em todos os países. Isto pode traduzir-se em externalidades positivas, como o bem-estar da população ou, em última análise e de modo indireto, crescimento económico. Os valores aqui apresentados referem-se à população com 15 ou mais anos de idade.

Como é possível apurar pela Figura 4<sup>11</sup>, que considera a população com 15 ou mais anos, o número de indivíduos residentes que nunca frequentaram um nível de instrução tem vindo a diminuir desde o início da década de 60. No caso de Portugal, que apresentava números extremamente elevados no início do período em questão, esta descida foi bastante acentuada. Contudo, é o único país que se mantém acima da média<sup>12</sup>. A Grécia, que em meados de 2000 teve valores superiores aos de Portugal, conseguiu recuperar bastante bem, lançando-se para os números mais baixos de que há registo. A Suécia apresenta números consistentemente baixos e sem grandes alterações. Pelo contrário, a França, que tinha números semelhantes aos da Suécia até 1980, passou por um período em que a percentagem da população sem nível de ensino subiu bastante (até 1990), voltando a descer na década seguinte e mantendo-se até ao período mais recente. Finalmente, a Alemanha apresenta valores com oscilações menores ao longo das décadas.

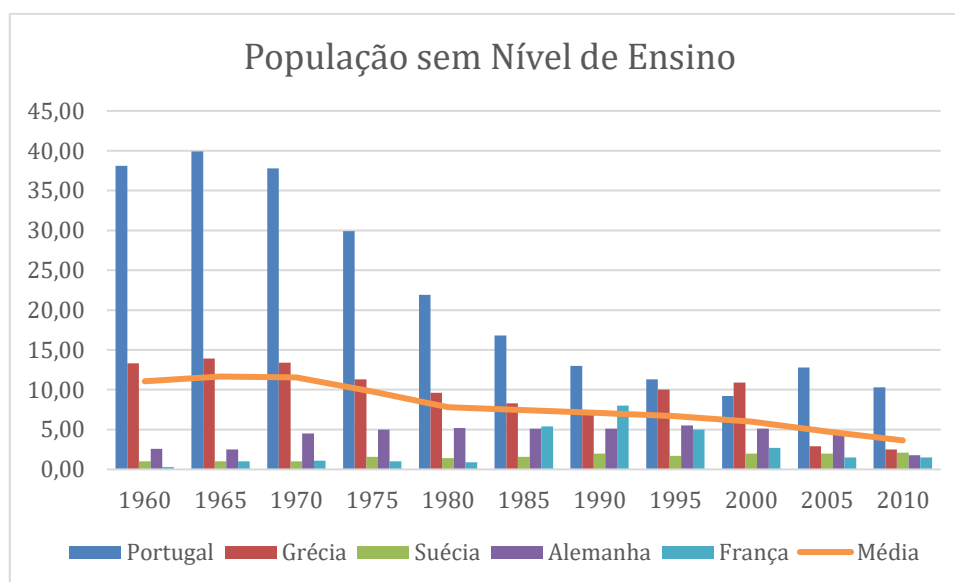


Figura 4. Percentagem da População Total sem Nível de Ensino 1960-2010  
 Fonte: Gráfico produzido pelo autor com dados de Barro e Lee (2016)

<sup>11</sup> Os dados recolhidos apenas estão disponíveis em períodos de 5 em 5 anos.

<sup>12</sup> Esta média foi elaborada apenas com os 5 países em questão. O facto de Portugal ser o único país acima da mesma demonstra que os valores em comparação com os outros países são bastantes díspares.

A Tabela 1 desmonta os números por géneros, mostrando a evolução da percentagem da população masculina e feminina com 15 e mais anos sem nível de ensino. Em Portugal e na Grécia a população masculina apresenta sempre valores substancialmente mais baixos que a população feminina, enquanto que na Suécia, Alemanha e França os números são bastante semelhantes.

Tabela 1. Percentagem da População Total sem Nível de Ensino, por Géneros (Fonte: Tabela produzida pelo autor com dados de Barro e Lee, 2016)

	Portugal		Grécia		Suécia		Alemanha		França	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
<b>1960</b>	44,60	30,60	22,70	3,10	1,00	0,90	1,90	3,30	0,10	0,50
<b>1965</b>	47,90	30,50	21,30	5,90	1,10	0,90	1,80	3,40	0,80	1,30
<b>1970</b>	45,00	29,30	20,00	6,20	1,00	1,10	3,30	5,90	1,00	1,20
<b>1975</b>	35,70	22,90	17,40	4,80	1,50	1,60	4,70	5,30	1,00	1,10
<b>1980</b>	25,40	18,00	14,80	4,00	1,40	1,40	4,80	5,70	1,00	0,90
<b>1985</b>	21,10	12,10	12,40	4,00	1,40	1,80	5,00	5,20	5,40	5,40
<b>1990</b>	16,40	9,30	10,60	4,00	1,60	2,50	5,40	4,80	8,20	7,80
<b>1995</b>	13,90	8,40	13,30	6,60	1,00	2,40	5,70	5,20	5,20	4,80
<b>2000</b>	11,80	6,30	14,20	7,50	1,60	2,40	5,50	4,70	2,80	2,60
<b>2005</b>	16,80	8,40	4,20	1,60	1,70	2,30	5,00	4,30	1,50	1,40
<b>2010</b>	13,40	7,00	3,40	1,60	2,00	2,30	2,00	1,60	1,50	1,50

Por outro lado, no que concerne à população com algum nível de ensino, a Figura 5 apresenta a relação feminina-masculina no número de anos de escolaridade. Um valor de 1 representa que mulheres e homens têm exatamente o mesmo número médio de anos de escolaridade, enquanto que um valor inferior a 1 representa que as mulheres têm menos anos de escolaridade, na respetiva percentagem (e vice-versa).

Como é possível constatar, de uma forma geral todos os países apresentam nos períodos mais recentes um maior equilíbrio no número médio de anos de escolarização entre géneros. Portugal e Grécia apresentam um sinal claro de um maior equilíbrio anos após ano, influenciado pelos valores extremamente desproporcionais nas primeiras décadas em estudo, o que conferiu um maior

espaço para crescer. Em Portugal, verificou-se uma queda dos 76,23% em 1960 para 67,44% em 1965, crescendo sempre a partir daí até se fixar nos 96,99% em 2010. Nesse ano, os homens apresentavam uma média de 7,65 anos de escolaridade, em contraste com os 7,42 das mulheres. Já na Grécia, em 2010, as mulheres tinham em média 10,05 anos de escolarização e os homens 10,64.

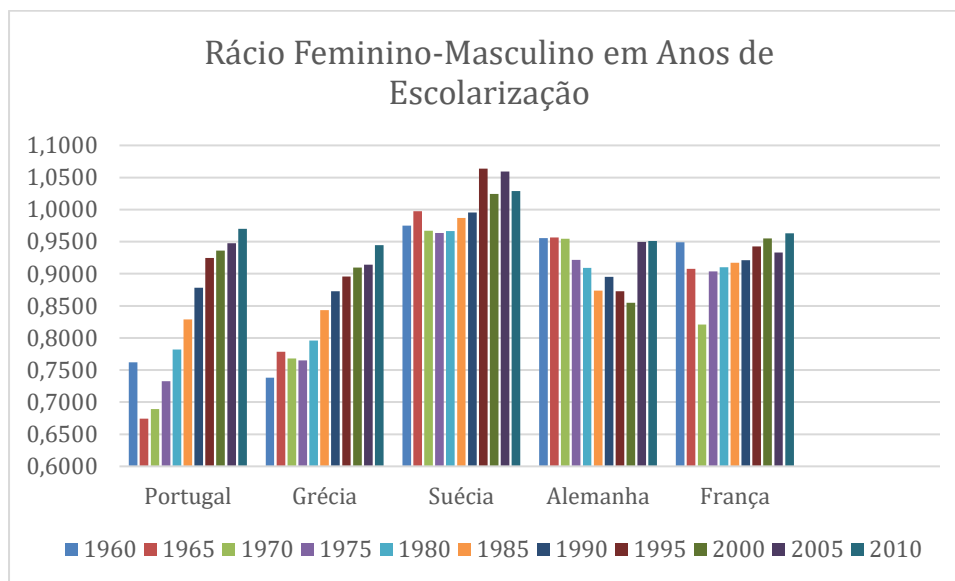


Figura 5. Rácio Feminino-Masculino em Anos de Escolarização  
 Fonte: Gráfico produzido pelo autor com dados de Barro e Lee (2016)

A Suécia, Alemanha e França, apresentavam em 1960 valores já bastante equilibrados. Na Alemanha, o rácio veio diminuindo aos poucos, tendo, com a entrada do novo milénio, dado um novo salto. Contudo, é dos 4 países estudados o segundo com o rácio mais baixo (95,11%). Em contraste, é também aquele que confere a ambos os géneros maior número de anos médio de escolarização, com 12,06 e 12,68 para mulheres e homens, respetivamente. A França tem mantido o rácio relativamente constante ao longo dos anos, com uma queda abrupta no início da década de 70, mas seguido de uma rápida recuperação. Em 2010, as mulheres tinham 10,49 anos de escolarização e os homens 10,89. Finalmente, a Suécia é o único dos países aqui apresentados com um rácio pendente para o lado

feminino, já desde 1995. Em anos de escolaridade, isto representa uma média de 11,76 para 11,43.

Os dados detalhados podem ser consultados na Tabela 2 do Apêndice. Estes valores são utilizados na equação como variável dependente e como *proxy* para a desigualdade ao nível da educação.

### 3.1.3. População

Também, o número de residentes tem sofrido alterações ao longo dos anos, sendo um indicador bastante afetado pela esperança média de vida. Segundo dados recolhidos pelo *World Bank*, de 1960 para 2010 a esperança média de vida aumentou 11,88 anos, fazendo a média dos cinco países em estudo. Portugal foi o que mais aumentou, de 62,8 para 79 anos, mantendo, ainda assim, o número mais baixo. Do outro lado, a Suécia foi o país que teve a menor variação, passando de 73 para 81,5 anos.

Em relação à população total, a Figura 6 apresenta a evolução durante um período de 50 anos. Verificamos três países bastante próximos – Portugal, Grécia e Suécia –, sendo possível verificar um crescimento na ordem dos 2 a 3 milhões. Portugal passou dos quase 9 milhões de habitantes para 10 milhões e meio, a Grécia de 8,3 milhões para 11,1 e a Suécia de 7,5 milhões para 9,4.

Bastante acima, aparece a França com um crescimento superior a 18 milhões, de 46,8 para 65. Finalmente, a Alemanha cresceu a sua população em cerca de 9 milhões, passando de 72,8 para 81,8.

Para o cálculo da nossa regressão utilizaremos o crescimento anual da população total em termos percentuais, disponível para consulta na Tabela 3 do Apêndice.

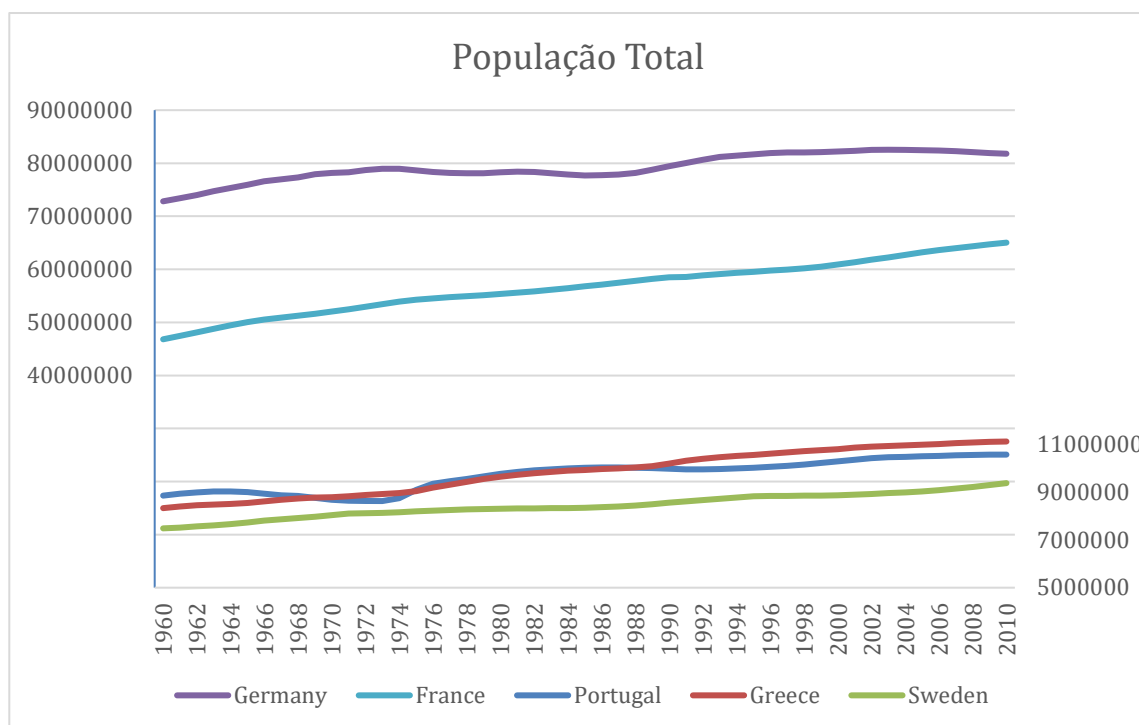


Figura 6. População Total 1960-2010  
 Fonte: Gráfico produzido pelo autor com dados do *World Bank*

### 3.1.4. Força de Trabalho e Emprego

A população em idade ativa é um indicador que representa a fatia da população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos<sup>13</sup>, sendo passíveis, deste modo, de adotar uma posição no mercado de trabalho. O indicador pretende apurar o número total de potenciais trabalhadores em determinada economia.

Como se pode constatar pela Figura 7, nos últimos anos, e nos países em análise, a percentagem de população ativa em relação à população total tem convergido no mesmo sentido, apresentando valores muito próximos.

A França, em 2010, tinha a percentagem mais baixa, com 64,75%, ainda assim superior aos 61,99% de 1960. O grande “boom” ocorreu no decorrer da década de 80, tendo quase atingido os 66%, descendo lentamente a partir daí.

<sup>13</sup> Embora a população ativa compreenda, por definição, todos os homens e mulheres com 15 e mais anos, no nosso caso os dados recolhidos (ILOSTAT, 2018) são efetivamente para os homens e mulheres com idades entre os 15 e os 64 anos.

Do lado oposto, Portugal apresenta os valores mais elevados de 2010, com 66,33%, apresentando um crescimento mais sustentado essencialmente após o 25 de Abril.

Muito próximo encontra-se a Grécia, com 66,28%. O crescimento foi muito semelhante ao ocorrido em Portugal, exceto no início da década de 70 em que se manteve mais estável.

Por outro lado, a Alemanha teve um aumento enorme na população em idade ativa desde o início da década de 70 (63,65%) até 1987 (70,12%). A partir daí tem vindo gradualmente a diminuir, fixando-se nos 65,96% em 2010.

Finalmente, a Suécia tinha 65,12% da sua população em idade ativa em 2010, o segundo valor mais baixo entre os estudados.

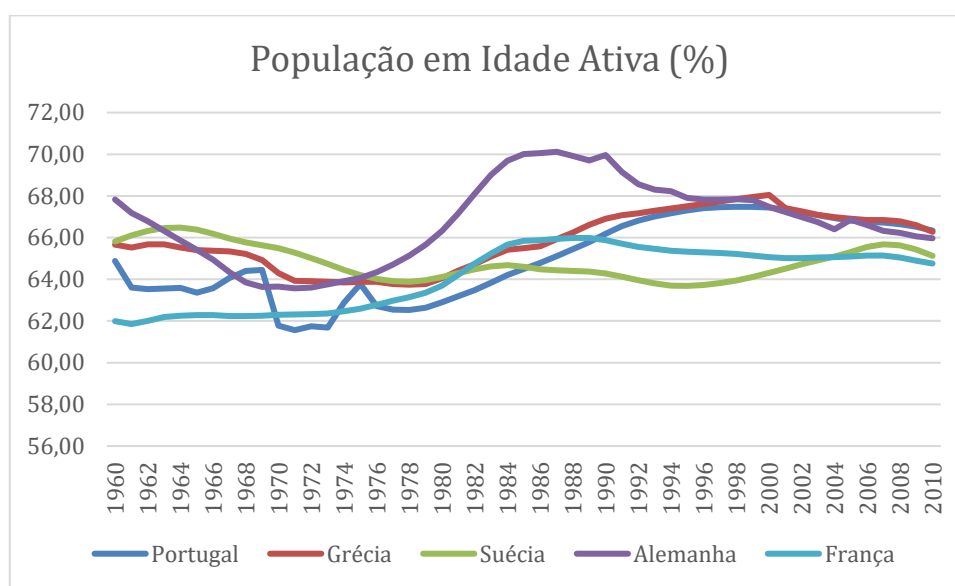


Figura 7. Percentagem da População em Idade Ativa 1960-2010

Fonte: Gráfico produzido pelo autor com dados da OCDE

A regressão utilizará como variável o crescimento anual da taxa da população em idade ativa. A Tabela 4 do Apêndice disponibiliza estes dados.

Outra variável a utilizar é a taxa de participação na força de trabalho. No nosso caso, recolhemos dados repartidos por géneros e calculamos o rácio feminino-

masculino de modo a obter o diferencial de participação no mercado de trabalho. Este rácio está ilustrado na Figura 8.

Embora os dados sejam limitados no período anterior à década de 80, é possível apurar que todos os países têm caminhado para uma maior equidade entre géneros no que se refere à taxa de participação na força de trabalho.

A Suécia tem o valor mais alto, de 0,93. Um valor de 1 conferiria igual taxa de participação para ambos os géneros. Deste modo, no ano de 2010, na Suécia, este valor permanece ligeiramente descompensado em favor dos homens.

Em segundo lugar surge Portugal, com 0,90, seguido de perto pela França (0,88) e a Alemanha (0,86). Já com uma distância considerável está a Grécia, apresentando a maior desigualdade de géneros neste campo (0,73).

Os dados completos estão disponíveis na Tabela 5 do Apêndice, sendo possível verificar, embora com poucos dados, que a evolução desde 1960 foi bastante positiva.

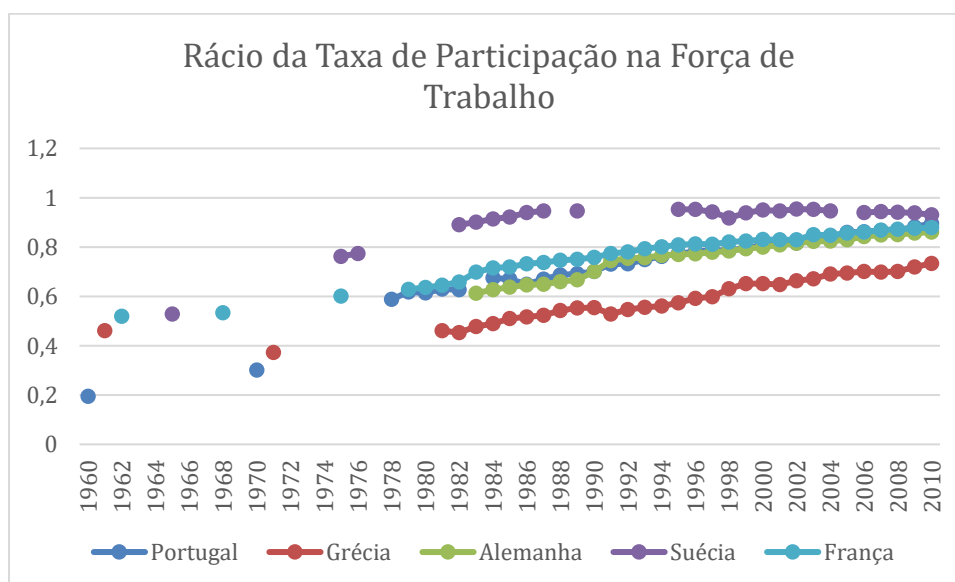


Figura 8. Rácio Feminino-Masculino da Taxa de Participação na Força de Trabalho 1960-2010  
Fonte: Gráfico produzido pelo autor com dados do ILOSTAT

### 3.1.5. Outros Indicadores

São ainda incluídos outros regressores que não se refletem necessariamente na desigualdade de géneros, mas servem de controlo uma vez que, segundo a literatura (Klasen e Lamanna, 2009), afetam o crescimento económico. Deste modo, obtemos dados mais fiáveis.

O primeiro é o Investimento como percentagem do PIB *per capita* (Figura 9).

A Grécia, que até ao início da década de 80 era o país que apresentava as melhores taxas de investimento, era em 2010 o segundo país com o valor mais baixo (18,92%), muito próximo da Suécia (18,82%). Em sentido inverso, Portugal tem conseguido atrair maior investimento nos anos mais recentes, sendo mesmo, em 2010, o país com o valor mais elevado (24,01%). A Alemanha e a França encontravam-se bastante próximas, com 20,68% e 21,01%, respetivamente.

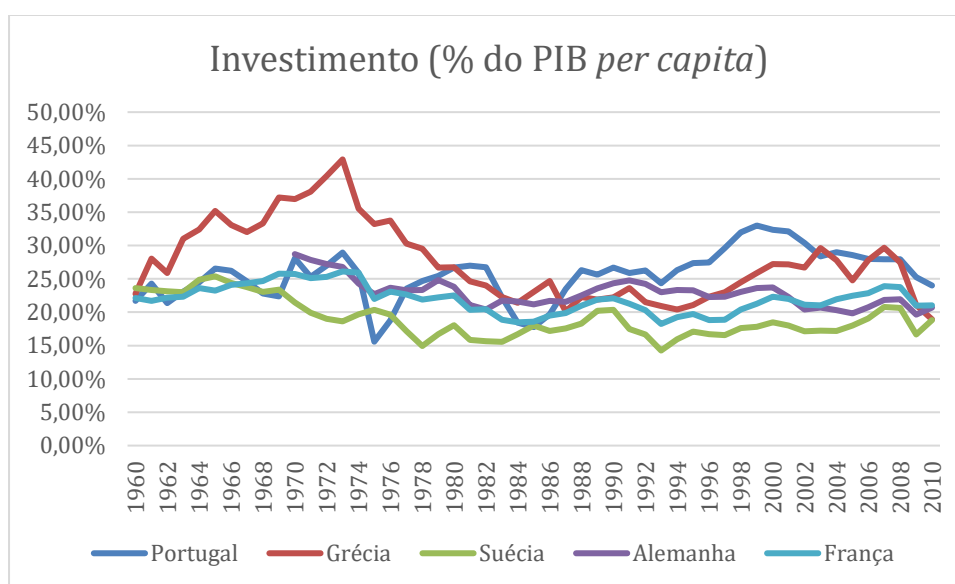


Figura 9. Investimento como Percentagem do PIB *per capita* 1960-2010

Fonte: Gráfico produzido pelo autor com dados da Penn World Table 7.1 (Heston, Summer e Aten, 2012)

O segundo indicador é o Grau de Abertura (Figura 10), que procura medir a inserção de determinada economia na economia mundial, utilizando para isso a soma das exportações e importações como percentagem do PIB.

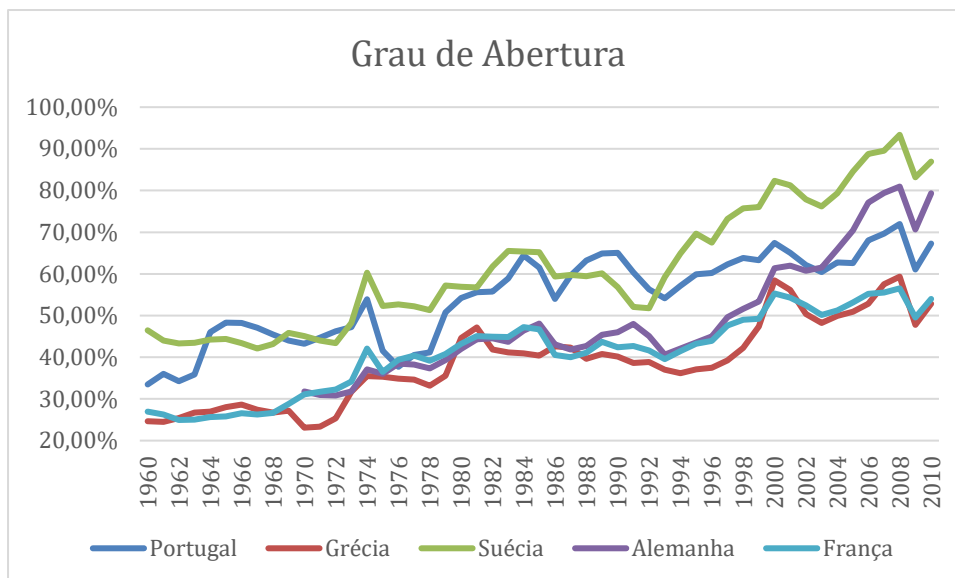


Figura 10. Grau de Abertura 1960-2010

Fonte: Gráfico produzido pelo autor com dados do *World Bank*

De um modo geral todos os países seguem a mesma tendência de uma maior abertura ao longo dos anos, com quedas e subidas quase semelhantes. Ainda assim, a diferença no estágio de abertura em 2010 é evidente.

A Suécia figura-se como o país com maior grau de abertura, com 86,90%, ainda longe dos 93,36% de 2008. Em segundo lugar está a Alemanha, com 79,30%, a uma larga distância de Portugal, terceiro, com 67,30%. Muito próximos estão a França e a Grécia, com 53,97% e 52,83%, respetivamente.

O próximo indicador é um índice de Capital Humano, obtido com base nos anos de escolaridade e retornos à educação (Figura 11).

A tendência crescente deste gráfico é ainda mais evidente que o anterior, com quedas ligeiríssimas. Também a diferença entre países não deixa margens para dúvidas, não havendo quaisquer alterações de “*ranking*” ao longos do período em questão.

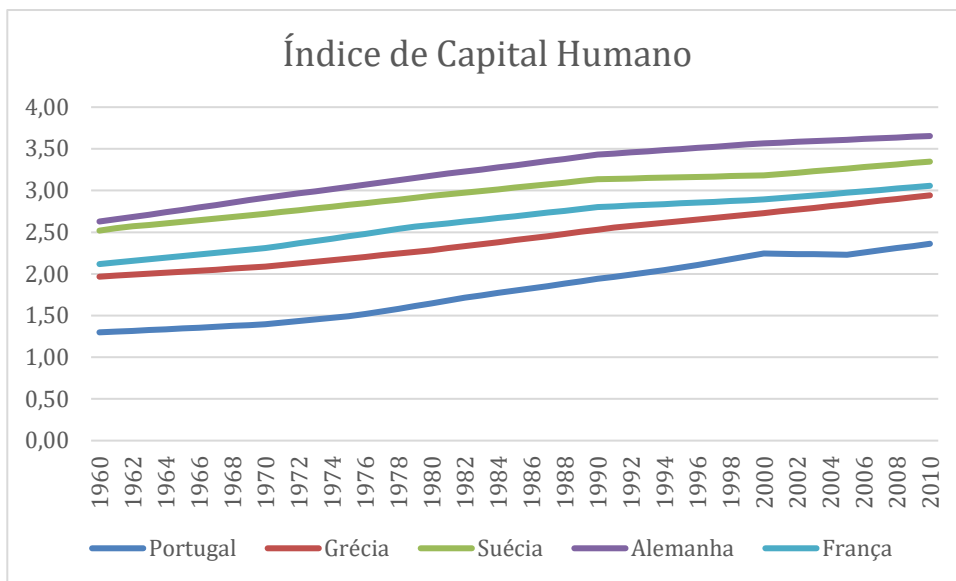


Figura 11. Índice de Capital Humano 1960-2010

Fonte: Gráfico produzido pelo autor com dados da Penn World Table 9.0 (Feenstra, Inklaar e Timmer, 2015)

A Alemanha é o país com o índice de capital humano mais elevado em 2010, fixado nos 3,65 pontos. Em segundo está a Suécia, com 3,35, seguido da França com 3,06. A Grécia surge em quarto a uma curta distância, com 2,94 e, finalmente, Portugal em quinto com 2,36 pontos.

Finalmente, é incluído um indicador da taxa de mortalidade infantil (crianças que morrem com menos de cinco anos de idade, por cada mil nascimentos).

Como é possível constar pela Figura 12, o desempenho dos países nesta área tem sido impressionante, especialmente o de Portugal, que conseguiu reduzir a taxa de mortalidade infantil de 114,3‰ em 1960 para 3,9‰ em 2010, valor mais baixo no período analisado. A Grécia, que apresentava o segundo valor mais alto em 1960 (46,5‰) desceu também para o mesmo valor que Portugal em 2010. Por outro lado, tanto a Alemanha como a França apresentavam uma taxa de mortalidade infantil em 2010 de 4,2‰, valores mais elevados de entre os cinco países. Em contraste, a Suécia apresenta em 2010 valores de apenas 3‰, bastante

destacada dos restantes. Era, também, o país que apresentava os valores mais baixos em 1960<sup>14</sup> (19,6‰).

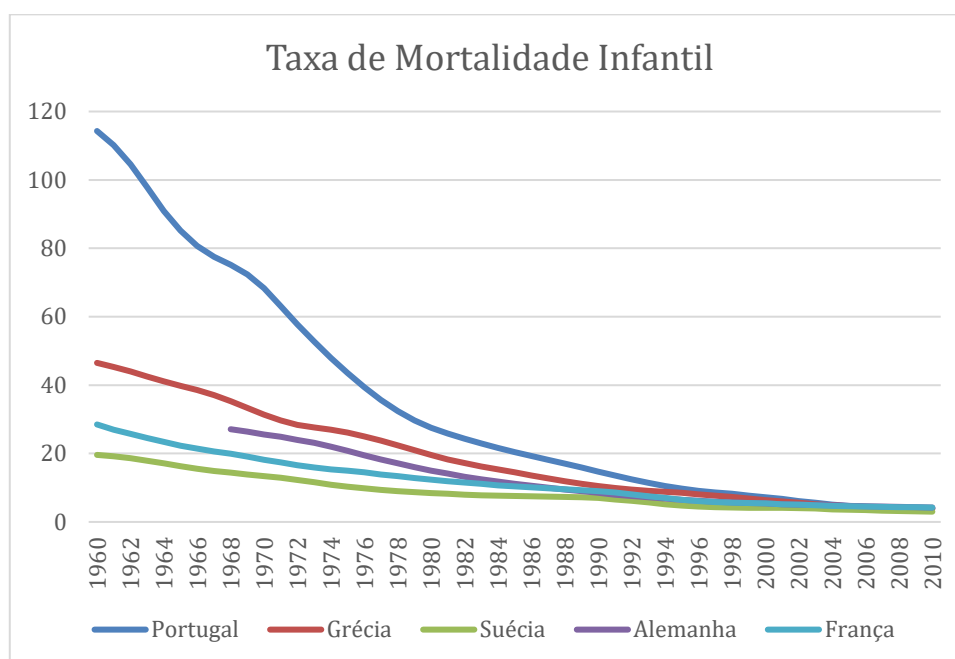


Figura 12. Taxa de Mortalidade Infantil (<5 anos)  
Fonte: Gráfico produzido pelo autor com dados do *World Bank*

### 3.2. Método

Bandiera e Natraj (2013) analisaram a literatura no campo da desigualdade de género, de modo a entender se as mesmas podiam servir de suporte à aplicação de políticas de crescimento. Concluíram que, embora seja útil identificar e entender padrões agregados, as descobertas de estudos entre países (*cross-country*) é de uso limitado para a definição de políticas eficazes. Isto ocorre porque (1) a direção da causalidade não está identificada. Por exemplo, o facto de a desigualdade na educação ser menor em países ricos é consistente tanto com igualdade promover desenvolvimento como com desenvolvimento promover

<sup>14</sup> Embora não sejam conhecidos os valores da Alemanha anteriores a 1968 assume-se, dado a tendência decrescentes, que fossem superiores aos da Suécia.

igualdade. Logo, políticas que promovam igualdade de género apenas serão efetivas no desenvolvimento se a causalidade se dirigir de igualdade para desenvolvimento e não o contrário. O facto de os diferentes países em estudo se encontrarem em diferentes estágios de desenvolvimento faz com que apresentem níveis de desigualdade de género diferentes. Depois, (2) os estudos *cross-country* existentes geralmente ignoram os mecanismos que conduzem ou afetam a relação entre desigualdade de género e desenvolvimento. Como exemplo, a existência de normas sociais que limitam a participação da mulher no mercado de trabalho e, por via disso, limitam o ingresso da mesma na escola uma vez que não esperam aumentar a sua participação no mercado de trabalho e, por conseguinte, influenciar o crescimento económico por essa via. Finalmente, (3) é apontado o facto de que a maioria dos estudos se focar nos efeitos da desigualdade em resultados individuais (como escolaridade) e não em leis e instituições que geram disparidades. Esta distinção é importante no sentido que as políticas relacionadas com a igualdade de géneros podem afetar diretamente as leis e instituições.

Os autores citados anteriormente sugerem que estudos a um nível micro (utilizando como nível máximo o país), contrariamente aos macro (*cross-country*), se revelam mais úteis para fornecer orientações políticas precisas. Como exemplo, Barro e Lee (1994) sugeriram que educação feminina produz efeitos negativos no crescimento económico. Contudo, quando Caselli *et al.* (1996) incluíram *country-fixed effects* no seu modelo obtiveram resultados opostos, uma vez que avaliaram a variação dentro dos países em vez de entre países. Dollar e Gatti (1999) também incluíram variáveis *dummy* regionais (em vez de países, num nível mais micro) e também obtiveram resultados opostos aos de Barro e Lee (1994).

No presente estudo pretendemos evitar algumas das críticas a estudos anteriores analisando a evolução num conjunto de cinco países que partilhem

certos princípios e visões semelhantes da sociedade (União Europeia), garantindo desde logo que não existe uma variância de normas sociais ou leis que influenciem os resultados. Os países escolhidos, tal como referido anteriormente, foram Portugal, Grécia, Suécia, Alemanha e França.

### 3.2.1. Procedimento de Estimação

Este trabalho segue o modelo proposto por Klasen e Lamanna (2009). Estes autores basearam o seu estudo no modelo de crescimento económico proposto por Robert Barro (1991) e desde então largamente utilizado na literatura. Este método é já aprimorado de um estudo anterior de Klasen (2002). Contudo, algumas alterações – devidamente documentadas – serão feitas de modo a adaptar-se aos nossos dados e objeto de estudo.

Contrariamente ao disposto em Klasen e Lamanna (2009) que estudou dados de países em todo o mundo, as nossas estimações centrar-se-ão apenas em cinco países, funcionando como uma amostra para a Europa. Também o período de análise sofre alterações, alargando-se de 1960 a 2000 para 1960 a 2010. Faz-se uso, portanto, de regressões com base em séries temporais.

Tal como no estudo em que nos baseamos, serão incluídos um número de regressores que, segundo a literatura, se considera afetar o crescimento económico, tais como o crescimento populacional, crescimento da população ativa, abertura ao comércio internacional, taxa de investimento, capital humano e mortalidade infantil.

Os dados utilizados provêm de diferentes fontes, estando devidamente documentadas na Tabela 2. Utilizando as variáveis definidas na mesma tabela, a equação a ser estimada será a seguinte:

$$G = \alpha + \beta_1 \log POPGRO + \beta_2 LFG + \beta_3 RED + \beta_4 RLFPR + \beta_5 INV + \beta_6 Trade + \beta_7 CH + \beta_8 U5MR + \varepsilon$$

Tabela 2. Variáveis, Definições e Fontes

<b>Variável</b>	<b>Definição</b>	<b>Fonte</b>
<b>G</b>	Taxa de crescimento anual do PIB <i>per capita</i> a preços constantes 2010 (US\$)	WDI (World Bank, 2018)
<b>INV</b>	Investimento como percentagem do PIB <i>per capita</i> (PPP) a preços constantes de 2005 (\$ Internacional) <sup>15</sup>	Penn World Table 7.1 (Heston, Summer e Aten, 2012)
<b>POPGRO</b>	Taxa de crescimento anual médio da população total	WDI (World Bank, 2018)
<b>Trade</b>	Soma das importações e exportações de bens e serviços como percentagem do PIB	WDI (World Bank, 2018)
<b>LFG</b>	Crescimento anual da taxa da população em idade ativa	OECD (2018)
<b>RED</b>	Rácio feminino-masculino da média dos anos de escolarização	Barro e Lee (2016)
<b>RLFPR</b>	Rácio feminino-masculino da taxa de participação no mercado de trabalho	ILOSTAT (2018)
<b>CH</b>	Índice de capital humano, baseado nos anos de escolaridade e retornos à educação	Penn World Table 9.0 (Feenstra, Inklaar e Timmer, 2015)
<b>U5MR</b>	Taxa de mortalidade infantil para crianças com menos de 5 anos de idade (por cada 1000 nados vivos)	WDI (World Bank, 2018)

<sup>15</sup> Os dados recolhidos já estavam ajustados aos preços, pelo que não foi possível adotar a mesma medida que na variável G.

Apresenta como variável dependente,  $G$ , o crescimento (%) anual do PIB *per capita*, a preços constantes de 2010 (US\$). Esta variável funciona como medida para o crescimento económico.

Como variáveis independentes temos as variáveis RED (rácio feminino-masculino dos anos de escolarização) e RLFPR (rácio feminino-masculino da taxa de participação no mercado de trabalho). A inclusão destas duas variáveis visa explicar, respetivamente, o impacto do *gap* na educação e no mercado de trabalho no crescimento económico.

São ainda incluídas as seguintes variáveis de controlo: crescimento populacional (POPGRO), crescimento da população em idade ativa (LFG), taxa de investimento como percentagem do PIB *per capita*, grau de abertura (Trade), o índice de capital humano (CH), taxa de mortalidade infantil para crianças com menos de 5 anos de idade (U5MR). Variáveis *dummy* para cada país, por falta de significância nos resultados, foram excluídas da regressão.

Para o cálculo da regressão é utilizado o software de estatística STATA/MP 13.

### 3.2.2. Pré-Estimação

De modo a determinar qual a melhor abordagem e método de estimação da regressão, foram efetuados certos passos e testes pré-estimação, enumerados de seguida:

1. Calculada a regressão linear (dados em painel) com efeitos fixos (*fixed effects*);
2. Calculada a regressão linear para os mesmos dados, mas com efeitos aleatórios (*random effects*);
3. Corrido o teste de especificação Hausman para avaliar a consistência dos estimadores e determinar se se avança com *fixed* ou *random effects*. Os resultados são reportados de seguida, na Tabela 3.

Tabela 3. Teste Hausman (Produzido pelo autor)

	<i>Fixed Effects</i>	<i>Random Effects</i>	Diferença	S.E.
<b>logPOPGRO</b>	-0,0025377	-0,0033898	0,0008521	0,001099
<b>LFG</b>	1,087144	1,212222	-0,1250779	0,246727
<b>RED</b>	0,1901542	0,1943591	-0,0042049	0,063139
<b>RLFPR</b>	0,1732371	0,0310618	0,1421753	0,061602
<b>INV</b>	0,3886117	0,3390996	0,0495122	0,035956
<b>Trade</b>	-0,0059719	-0,0318276	0,0258556	0,027987
<b>CH</b>	-0,0739275	0,0233269	-0,0972544	0,051675
<b>U5MR</b>	0,0019737	0,0030066	-0,0010328	0,000861
<b>Notas:</b> $\chi^2 = 6,89$   Prob > $\chi^2 = 0,5489$				

Uma vez que o *p-test* é superior a 0,05, o método de estimação escolhido é por *random effects*.

4. Considerando a natureza dos dados (painel) e a necessidade de evitar quaisquer problemas de heteroscedasticidade e autocorrelação, foi considerada a hipótese de utilizar erro padrão *cluster* robusto. Contudo, dada a dimensão da amostra (apenas 5 grupos – os países), isto não foi possível. Assim, optou-se por utilizar um programa do Stata, *xtscc*, que estima as regressões com erro padrão *Driscoll-Kraay*. Deste modo, os erros padrão produzidos são consistentes com heteroscedasticidade e autocorrelação e robustos às formas gerais de dependência espacial e temporal (Hoechle, 2007).

### 3.3. Resultados

Nesta secção serão apresentados os resultados obtidos da estimação da equação. Paralelamente, serão efetuadas comparações com outros resultados presentes na literatura analisada anteriormente.

### 3.3.1. Sumário

Os primeiros valores a considerar são a estatísticas descritiva dos dados. Desta forma, obtemos uma visão geral dos mesmos, como o número de observações de cada variável, a média ou os valores mínimos e máximos (Tabela 6 do Apêndice).

Em seguida, consideramos a matriz de correlação de modo a medir o grau de relacionamento entre variáveis (Tabela 4).

Tabela 4. Matrix de Correlação (Produzido pelo autor)

	G	logPOPGRO	LFG	RED	RLFPR	INV	Trade	CH	U5MR
G	1.0000								
logPOPGRO	0.0361	1.0000							
LFG	-0.0477	0.0790	1.0000						
RED	0.0058	-0.1723	-0.1443	1.0000					
RLFPR	-0.0554	-0.3326	-0.2618	0.7787	1.0000				
INV	0.2260	0.1902	-0.2412	-0.3914	-0.3421	1.0000			
Trade	-0.0418	-0.2770	-0.0328	0.6407	0.7704	-0.1619	1.0000		
CH	-0.0443	-0.2682	-0.3766	0.4784	0.4765	-0.4551	0.2227	1.0000	
U5MR	0.2382	0.3137	0.2852	-0.6995	-0.6711	0.2127	-0.4799	-0.6478	1.0000

As variáveis que apresentam uma maior correlação são RLFPR e RED (0.7787) e Trade e RLFPR (0.7704). Se, no primeiro caso, já era expectável que uma maior participação escolar por parte da mulher seja acompanhada por uma maior participação no mercado de trabalho, no segundo caso a explicação não é tão direta.

A implicação que estes valores poderão ter na análise dos resultados é que não fará sentido falar em variações “mantendo tudo o resto constante” uma vez que, no caso das variáveis correlacionadas, uma mudança numa variável implicaria automaticamente uma mudança na outra.

### 3.3.2. Resultados da Regressão

Tabela 5. Resultados da Regressão (Produzido pelo autor)

<b>G</b>	<b>Coef.</b>	<b>Std. Err.</b>	<b>t</b>	<b>P&gt;t</b>	<b>[Int. Conf. 95%]</b>	
<b>logPOPGRO</b>	-0,0034	0,0017	-1,9700	0,0560	-0,0069	0,0001
<b>LFG</b>	1,2122	1,1551	1,0500	0,3000	-1,1242	3,5486
<b>RED</b>	0,1944	0,0457	4,2500	0,0000	0,1018	0,2869
<b>RLFPR</b>	0,0311	0,0383	0,8100	0,4220	-0,0464	0,1086
<b>INV</b>	0,3391	0,0844	4,0200	0,0000	0,1684	0,5098
<b>Trade</b>	-0,0318	0,0240	-1,3300	0,1930	-0,0804	0,0168
<b>CH</b>	0,0233	0,0082	2,8300	0,0070	0,0067	0,0400
<b>U5MR</b>	0,0030	0,0005	6,0200	0,0000	0,0020	0,0040
<b>Constante</b>	-0,3396	0,0575	-5,9100	0,0000	-0,4558	-0,2233
<b>Notas</b>	Erro-padrão <i>Driscoll-Kraay</i> Regressão <i>Random Effects</i> GLS (max lag 4) OBS: 136   Grupos: 5 Wald chi <sup>2</sup> : 99,65 Prob > chi <sup>2</sup> : 0,0000 R <sup>2</sup> : 0,3058 Sigma_u: 0   sigma_e: 0,01982808   rho: 0					

A Tabela 5 apresenta os resultados da regressão utilizando a abordagem apresentada anteriormente. Antes de considerarmos as variáveis de interesse deste estudo, nomeadamente as de educação e trabalho (LFG, RED e RLFPR), e de fazer as devidas comparações com o estudo base (Klasen e Lamanna, 2009), importa salvaguardar o facto de que, fruto das alterações na regressão, nas regiões e períodos estudados, os resultados poderão não ser de todo comparáveis. Ainda assim, outros regressores como crescimento populacional, investimento ou grau de abertura (aqui *Trade*) apresenta os sinais esperados de acordo com a literatura.

Considerando agora a variável de educação (RED), o coeficiente é, como esperado, positivo, pressupondo que uma maior igualdade nos anos de escolarização entre homem e mulher contribui positivamente para o crescimento económico. É importante realçar o facto de que os países em análise estão muito

perto da igualdade em anos de escolaridade entre géneros. Na verdade, na Suécia, as mulheres já têm em média mais anos de escolarização do que os homens. De um modo geral, o rácio de todos os países tem tendência a aproximar-se de 1. Esta variável é estatisticamente significativa.

Analisando agora os coeficientes das variáveis da força de trabalho e emprego, encontramos também um impacto positivo. No caso do crescimento anual da população em idade ativa (LFG), o valor é significativamente positivo, mas ainda assim inferior aos de Klasen e Lamanna (2009). Isto poderá ser um indício de que a transição demográfica analisada por Bloom e Williamson (1998) poderá estar a inverter-se e o “*demographic gift*” a perder efeito. Isto é visível pelo facto de que na última década (que não foi considerada no estudo em comparação) a população em idade ativa tem tendencialmente diminuído, enquanto que a população total continua a crescer. Contudo, este coeficiente não é estatisticamente relevante.

Por outro lado, o rácio da taxa de participação no mercado de trabalho (RLFPR), que apresenta um coeficiente também positivo, levanta-nos algumas dúvidas dado não ser também estatisticamente significativo. Isto poderá acontecer pelo facto de que a amostra incluiu apenas países da OCDE que já têm um bom grau de desenvolvimento, pelo que poderá não haver variabilidade suficiente na participação feminina no mercado de trabalho. Ainda assim, o resultado obtido significa que uma maior equidade no mercado de trabalho resulta num impacto positivo para o crescimento económico.

Fazendo uma comparação entre ambos os rácios, RLFPR e RED, o segundo parece dar um contributo significativamente maior para o PIB *per capita*. Isto significará que mais equidade na educação tem um maior impacto do que mais equidade no mercado de trabalho, pese embora o facto de que ambos são importantes e contribuem de forma positiva.

Finalmente, importa realçar o facto de que ambas as variáveis, RED e RLFPR, se tratam de rácios entre mulheres e homens. Como tal, um valor superior a 1 pressupõe uma inversão da desigualdade, desta feita desfavorável aos homens. A análise, portanto, deve ser invertida a partir do momento em que os valores passem de 1. Embora isto aconteça na variável RED, os valores são demasiado pequenos para serem equacionados.

# Capítulo 4

## Conclusão

Com esta dissertação foi possível apurar se a igualdade de géneros apresenta impactos económicos, concretamente nas regiões e período analisado. É sugerido pelos resultados que o ritmo do crescimento económico de determinado país ou região está ligado de forma positiva ao papel desempenhado pelas mulheres na sociedade. Seja a nível da educação ou do mercado de trabalho, a discriminação das mulheres representa um custo não apenas para o género feminino, mas também para a própria economia e para a sociedade em geral – como, aliás, já foi identificado por outras obras bibliográficas analisadas nesta dissertação.

Neste estudo identificamos primeiramente, através da análise direta de dados recolhido, que existe efetivamente um desequilíbrio salarial desfavorável às mulheres. Esta análise permitiu-nos desde logo abordar o restante estudo com este pressuposto em mente.

De seguida, a estimação com base nos dados recolhidos permitiu-nos medir qual o impacto da igualdade de géneros no crescimento económico, objetivo a que nos propusemos inicialmente. A primeira conclusão a que chegamos foi que uma maior igualdade na educação e na participação no mercado de trabalho – as nossas variáveis de interesse – entre géneros representa uma influência positiva no crescimento do PIB *per capita*. Esta descoberta vai de encontro à grande parte da literatura, exceção feita à de Blecker e Seguino (2002) que, contudo, focaram a sua pesquisa em economias diferentes da nossa.

Uma segunda descoberta foi o facto de que uma maior igualdade nos anos de escolaridade entre homens e mulheres tem um maior impacto no crescimento económico do que uma maior igualdade na taxa de participação no mercado de trabalho.

Caso se confirmem estes resultados, uma das possíveis políticas a aplicar de modo a acelerar o crescimento económico seria, à partida, um maior investimento na educação feminina. Contudo, é importante referir que, nos países em análise, o nível de educação entre homem e mulher já está bastante equilibrado. As mulheres superam mesmo os homens em anos de escolarização em países como a Suécia. Deste modo, talvez seja mais importante utilizar este “novo” talento e aumentar a participação feminina no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, o *gap* salarial existente deverá começar a ser fechado.

Devemos ainda considerar o facto de que, de acordo com a literatura analisada, uma redução da desigualdade na educação e no mercado de trabalho também representa um impacto positivo significativo em questões como a mortalidade infantil, fertilidade ou, ultimamente, a qualidade de vida. É importante, por isso, não levar em conta apenas questões económicas.

Algumas das limitações deste estudo empírico estão relacionados com o facto de que alguns dados se encontrarem agregados em períodos de 5 em 5 anos (anos de escolarização), limitando a amostra ao esconder possíveis variações nesses períodos. Também os dados da taxa de participação no mercado de trabalho anteriores à década de 80 são algo limitados. A reduzida dimensão da amostra (cinco países), quando comparado com outros estudos a nível global, também poderá ter sido uma limitação, aliado ao facto de que se tratam apenas de países da OCDE que já têm um elevado grau de desenvolvimento.

No futuro, será importante continuar a produzir estudos regulares com dados atualizados, auxiliando na aplicação de medidas económicas. É também essencial produzir mais estudos em economias semi-industrializadas de modo a aferir se

realmente uma maior equidade produz efeitos negativos nestas economias. A inclusão na amostra de países menos desenvolvidos e com menor participação feminina no mercado de trabalho poderá fornecer resultados mais fiáveis neste indicador. Para além disto, a inclusão de variáveis na regressão como o gap salarial entre géneros e variáveis culturais que determinam a postura da mulher perante o mercado de trabalho resultará em resultados mais abrangentes.

Seria ainda interessante aferir-se até que ponto seria viável, do ponto de vista económico, um aumento do *gap* na educação e no mercado de trabalho desfavorável ao género masculino, determinando quando é que a tendência de crescimento era invertida. Esta sugestão reflete puramente o interesse do autor e apenas para fins académicos, uma vez que não faz sentido do ponto de vista ético ponderar a discriminação do género masculino com vista a ganhos a nível económico.

## Referências

- Arulampalam, W., Booth, A. & Bryan, M. (2007). Is There A Glass Ceiling Over Europe? Exploring the Gender Pay Gap Across The Wage Distribution. *ILR Review*. 60. 10.1177/001979390706000201.
- Baloch, Amdadullah. (2016). An Empirical Analysis of the Impact of Gender Gap on Economic Growth: A Panel Data Approach. *The Empirical Economics Letters*. 15. 1157-1166.
- Bandiera, O. & Natraj, A. (2013). Does Gender Inequality Hinder Development and Economic Growth? Evidence and Policy Implications. *The World Bank Research Observer*. 28. 10.1093/wbro/lks012.
- Barro, R. & Lee, J. (2010). A New Data Set of Educational Attainment in the World, 1950–2010. National Bureau of Economic Research, Inc, NBER Working Papers. 104. 10.1016/j.jdeveco.2012.10.001.
- Barro, R. & Lee, J. (2013). A New Data Set of Educational Attainment in the World, 1950-2010. *Journal of Development Economics*, vol 104, pp.184-198.
- Barro, R. (1991). Economic Growth in a Cross Section of Countries. *Quarterly Journal of Economics* 106(1): 407–43
- Becker, G. S. (1962). Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. *Journal of Political Economy*. 70. No 5. 9-49. 10.1086/258724.
- Blackden, M., Canagarajah, S., Klasen, S. & Lawson, D. (2006). Gender and Growth in Sub-Saharan Africa: Issues and Evidence. Research Paper, UNU-WIDER, United Nations University (UNU), No. 2006/37, ISBN 9291908053
- Blau, F. & Kahn, L. (1999). Analyzing the gender pay gap. *The Quarterly Review of Economics and Finance*. 39. 625-646. 10.1016/S1062-9769(99)00021-6.

- Blau, F. & Kahn, L. (2017). The Gender Wage Gap: Extent, Trends, and Explanations. *Journal of Economic Literature*. 55. 789-865. 10.1257/jel.20160995.
- Blecker, R. A., & Seguino, S. (2002). Macroeconomic Effects of Reducing Gender Wage Inequality in an Export-Oriented, Semi-Industrialized Economy. *Review of Development Economics*, 6(1), 103–119.
- Bloom, D. E. & Williamson, J. G. (1998). Demographic Transitions and Economic Miracles in Emerging Asia. *World Bank Economic Review*. 12. 419-55. 10.1093/wber/12.3.419.
- Cabeza-García, Laura & B. Del Brio, Esther & Luz Oscanoa-Victorio, Mery. (2018). Gender Factors and Inclusive Economic Growth: The Silent Revolution. *Sustainability*. 10. 121. 10.3390/su10010121.
- Cavalcanti, T. & Tavares, J. (2007). The Output Cost of Gender Discrimination: A Model-Based Macroeconomic Estimate. C.E.P.R. Discussion Papers, CEPR Discussion Papers. 126. 10.1111/econj.12303.
- Dijkstra, G. (2000). A Larger Pie Through a Fair Share? Gender Equality and Economic Performance. ISS Working Papers - General Series, International Institute of Social Studies of Erasmus University Rotterdam (ISS), The Hague.
- Dollar, D., & Gatti, R. (1999). Gender Inequality, Income, and Growth: Are Good Times Good for Women? (1).
- European Commission (2017). Report on equality between women and men in the EU. <https://doi.org/10.2838/52591>
- European Institute for Gender Equality (2017). Economic benefits of gender equality in the EU. <https://doi.org/10.2839/736676>
- Feenstra, R. C., Inklaar, R. & Timmer, M. P. (2015). The Next Generation of the Penn World Table. *American Economic Review*, 105(10), 3150-3182, disponível em [www.ggdc.net/pwt](http://www.ggdc.net/pwt)

- Ferrant, G. (2015). How Do Gender Inequalities Hinder Development? Cross-Country Evidence. *Annals of Economics and Statistics*. 10.15609/annaeconstat2009.117-118.313.
- Fortin, N. M., Bell, B., & Böhm, M. (2017). Top earnings inequality and the gender pay gap : Canada , Sweden , and the United Kingdom. *Labour Economics*, 47(February), 107–123. <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2017.05.010>
- Galor, O. & Weil, D. (1996). The Gender Gap, Fertility, and Growth. *American Economic Review*. 86. 374-87.
- Gelard, P., & Abdi, A. (2015). Evaluating the effect of gender inequality on economic growth in countries with high human development index. *European Online Journal of Natural and Social Sciences*, 4(1), 1714–1724. Retrieved from [http://european-science.com/eojnss\\_proc/article/view/4381](http://european-science.com/eojnss_proc/article/view/4381)
- Hausman, J. A. (1978). Specification tests in econometrics. *Econometrica* 46: 1251–1271.
- Heston, A., Summers, R., & Aten, B. (2012). Penn World Table Version 7.1. Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Pennsylvania.
- International Labour Organization (2018). ILO Report: Key Indicators of the Labour Market. Geneva.
- Jayachandran, Seema. (2014). The Roots of Gender Inequality in Developing Countries. *Annual Review of Economics*. 7. 150223151119001. 10.1146/annurev-economics-080614-115404.
- Kabeer, N., Natali, L., (2013). Gender equality and economic growth: is there a win-win? *IDS Work. Pap.* 2013 (417), 1-58.
- Klasen, S. & Lamanna, F. (2009). The Impact of Gender Inequality in Education and Employment on Economic Growth: New Evidence for a Panel of Countries. *Feminist Economics*, 15, 91–132. <https://doi.org/10.1080/13545700902893106>

- Klasen, S. (1999). Does Gender Inequality Reduce Growth and Development? Evidence from Cross-Country Regressions. Policy Research Report on Gender and Development. 20779. Retrieved from <http://documents.worldbank.org/curated/pt/612001468741378860/Does-gender-inequality-reduce-growth-and-development-evidence-from-cross-country-regressions>
- Klasen, S. (2002). Low Schooling for Girls, Slower Growth for All? Cross-Country Evidence on the Effect of Gender Inequality in Education on Economic Development. World Bank Economic Review. 16. 345-373. 10.1093/wber/lhf004.
- Leith, J. A., Geggus, D. Patrick., Miraval, G., Bertaud, J. Paul., Woloch, I., Tackett, T., Dupuy, R., Patrick, A., Van Kley, D. K., Popkin, J. D., Gough, H., Lucas, C. (1989). The French Revolution research collection: Les archives de la révolution française. Oxford, [England]: Pergamon Press.
- Mankiw, N., Gregory, R., David H. & Weil, David N., A Contribution to the Empirics of Economic Growth (1990). NBER Working Paper No. w3541. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1673683>
- OECD (2018), Labour force forecast (indicator). doi: 10.1787/c6d4db79-en.
- Owen, D., Knowles, S. & Lorgelly, P. (2002). Are Educational Gender Gaps A Brake on Economic Development? Some Cross-Country Empirical Evidence. Oxford Economic Papers. 54. 118-149. 10.1093/oep/54.1.118.
- Parker, S. & Pederzini, C. (2000). Gender Differences in Education in Mexico. Presidência da República Portuguesa. (2017). Retrieved from <http://www.presidencia.pt/>
- Psacharopoulos, G. (1993), Returns to Investment in Education: A Global Update. No 1067, Policy Research Working Paper Series, The World Bank
- Ramanayake, S., Ghosh, T. (2017). Role of Gender Gap in Economic Growth: Analysis on Developing Countries versus OECD Countries. Indira Gandhi Institute of Development Research: Mumbai, India, 2017.

- UN Women. (2018). United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women. Retrieved from <http://www.un.org/womenwatch/osagi/conceptsanddefinitions.htm>
- United Nations. (2000). Declaração do Milénio. Retrieved from <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>
- United Nations. (2015). Transforming Our World. The 2030 Agenda for Sustainable Development. Retrieved from [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E)
- Vroman, S., Albrecht, J. & Bjorklund, A. (2003). Is There a Glass Ceiling in Sweden?. *Journal of Labor Economics*. 21. 145-178.
- World Bank (2018). *World Development Indicators*. Washington, DC.

# Apêndice

Apêndice Tabela 1. Crescimento Anual do PIB *per capita* (continua)

	<b>Portugal</b>	<b>Grécia</b>	<b>Alemanha</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>
<b>1960</b>					
<b>1961</b>	4,689%	10,272%		4,104%	5,185%
<b>1962</b>	5,848%	0,930%		5,176%	3,685%
<b>1963</b>	5,447%	9,728%		3,871%	4,736%
<b>1964</b>	6,252%	7,866%		5,127%	6,026%
<b>1965</b>	7,908%	8,882%		3,575%	2,848%
<b>1966</b>	4,866%	5,319%		4,204%	1,124%
<b>1967</b>	8,229%	4,626%		3,852%	2,575%
<b>1968</b>	9,342%	5,972%		3,526%	3,057%
<b>1969</b>	3,041%	9,499%		6,240%	4,274%
<b>1970</b>	13,615%	7,705%		4,921%	5,057%
<b>1971</b>	7,084%	7,374%	2,944%	4,452%	0,252%
<b>1972</b>	8,182%	9,446%	3,802%	3,596%	1,987%
<b>1973</b>	11,166%	7,603%	4,448%	5,352%	3,789%
<b>1974</b>	-0,258%	-6,782%	0,851%	3,437%	2,899%
<b>1975</b>	-7,915%	5,373%	-0,496%	-1,656%	2,146%
<b>1976</b>	3,903%	5,205%	5,400%	3,762%	0,691%
<b>1977</b>	4,487%	1,610%	3,581%	3,030%	-1,945%
<b>1978</b>	1,713%	5,865%	3,098%	3,632%	1,456%
<b>1979</b>	4,513%	2,002%	4,104%	3,216%	3,614%
<b>1980</b>	3,464%	-0,307%	1,199%	1,202%	1,494%
<b>1981</b>	0,741%	-2,432%	0,376%	0,632%	0,334%
<b>1982</b>	1,513%	-1,740%	-0,300%	2,008%	1,191%
<b>1983</b>	-0,635%	-1,652%	1,839%	0,720%	1,855%
<b>1984</b>	-2,257%	1,504%	3,179%	0,959%	4,135%
<b>1985</b>	2,527%	2,112%	2,557%	1,042%	1,992%
<b>1986</b>	4,046%	0,186%	2,241%	1,748%	2,453%

<b>1987</b>	6,410%	-2,585%	1,246%	1,953%	3,010%
<b>1988</b>	7,601%	3,910%	3,303%	4,093%	2,089%
<b>1989</b>	6,596%	3,260%	3,096%	3,732%	1,972%
<b>1990</b>	4,177%	-1,052%	4,352%	2,333%	-0,021%
<b>1991</b>	4,609%	1,870%	4,345%	0,959%	-1,818%
<b>1992</b>	1,168%	-0,066%	1,152%	1,096%	-1,737%
<b>1993</b>	-2,163%	-2,177%	-1,605%	-1,042%	-2,633%
<b>1994</b>	0,694%	1,491%	2,103%	1,965%	3,350%
<b>1995</b>	3,922%	1,624%	1,439%	1,717%	3,480%
<b>1996</b>	3,108%	2,410%	0,526%	1,030%	1,356%
<b>1997</b>	3,961%	3,970%	1,700%	1,976%	2,842%
<b>1998</b>	4,264%	3,321%	1,964%	3,175%	4,169%
<b>1999</b>	3,302%	2,678%	1,921%	2,876%	4,449%
<b>2000</b>	3,061%	3,496%	2,823%	3,166%	4,567%
<b>2001</b>	1,227%	3,592%	1,525%	1,215%	1,291%
<b>2002</b>	0,218%	3,543%	-0,168%	0,386%	1,742%
<b>2003</b>	-1,305%	5,542%	-0,765%	0,107%	2,005%
<b>2004</b>	1,568%	4,801%	1,192%	2,032%	3,911%
<b>2005</b>	0,580%	0,305%	0,764%	0,845%	2,408%
<b>2006</b>	1,370%	5,336%	3,817%	1,664%	4,101%
<b>2007</b>	2,291%	3,011%	3,399%	1,730%	2,641%
<b>2008</b>	0,055%	-0,599%	1,275%	-0,363%	-1,329%
<b>2009</b>	-3,071%	-4,552%	-5,379%	-3,439%	-5,989%
<b>2010</b>	1,852%	-5,601%	4,240%	1,463%	5,089%

Apêndice Tabela 2. Rácio Feminino-Masculino de Anos de Escolarização

<b>Ano</b>	<b>Portugal</b>	<b>Grécia</b>	<b>Suécia</b>	<b>Alemanha</b>	<b>França</b>
1960	0,7623	0,7383	0,9751	0,9557	0,9490
1961	0,7623	0,7383	0,9751	0,9557	0,9490
1962	0,7623	0,7383	0,9751	0,9557	0,9490
1963	0,7623	0,7383	0,9751	0,9557	0,9490
1964	0,7623	0,7383	0,9751	0,9557	0,9490
1965	0,6744	0,7787	0,9975	0,9567	0,9078
1966	0,6744	0,7787	0,9975	0,9567	0,9078
1967	0,6744	0,7787	0,9975	0,9567	0,9078
1968	0,6744	0,7787	0,9975	0,9567	0,9078
1969	0,6744	0,7787	0,9975	0,9567	0,9078
1970	0,6893	0,7681	0,9671	0,9546	0,8208
1971	0,6893	0,7681	0,9671	0,9546	0,8208
1972	0,6893	0,7681	0,9671	0,9546	0,8208
1973	0,6893	0,7681	0,9671	0,9546	0,8208
1974	0,6893	0,7681	0,9671	0,9546	0,8208
1975	0,7327	0,7652	0,9636	0,9216	0,9038
1976	0,7327	0,7652	0,9636	0,9216	0,9038
1977	0,7327	0,7652	0,9636	0,9216	0,9038
1978	0,7327	0,7652	0,9636	0,9216	0,9038
1979	0,7327	0,7652	0,9636	0,9216	0,9038
1980	0,7821	0,7962	0,9668	0,9090	0,9103
1981	0,7821	0,7962	0,9668	0,9090	0,9103
1982	0,7821	0,7962	0,9668	0,9090	0,9103
1983	0,7821	0,7962	0,9668	0,9090	0,9103
1984	0,7821	0,7962	0,9668	0,9090	0,9103
1985	0,8291	0,8435	0,9872	0,8736	0,9170
1986	0,8291	0,8435	0,9872	0,8736	0,9170
1987	0,8291	0,8435	0,9872	0,8736	0,9170
1988	0,8291	0,8435	0,9872	0,8736	0,9170
1989	0,8291	0,8435	0,9872	0,8736	0,9170

<b>1990</b>	0,8783	0,8730	0,9952	0,8953	0,9212
<b>1991</b>	0,8783	0,8730	0,9952	0,8953	0,9212
<b>1992</b>	0,8783	0,8730	0,9952	0,8953	0,9212
<b>1993</b>	0,8783	0,8730	0,9952	0,8953	0,9212
<b>1994</b>	0,8783	0,8730	0,9952	0,8953	0,9212
<b>1995</b>	0,9249	0,8955	1,0638	0,8730	0,9428
<b>1996</b>	0,9249	0,8955	1,0638	0,8730	0,9428
<b>1997</b>	0,9249	0,8955	1,0638	0,8730	0,9428
<b>1998</b>	0,9249	0,8955	1,0638	0,8730	0,9428
<b>1999</b>	0,9249	0,8955	1,0638	0,8730	0,9428
<b>2000</b>	0,9359	0,9097	1,0242	0,8547	0,9549
<b>2001</b>	0,9359	0,9097	1,0242	0,8547	0,9549
<b>2002</b>	0,9359	0,9097	1,0242	0,8547	0,9549
<b>2003</b>	0,9359	0,9097	1,0242	0,8547	0,9549
<b>2004</b>	0,9359	0,9097	1,0242	0,8547	0,9549
<b>2005</b>	0,9474	0,9142	1,0591	0,9497	0,9329
<b>2006</b>	0,9474	0,9142	1,0591	0,9497	0,9329
<b>2007</b>	0,9474	0,9142	1,0591	0,9497	0,9329
<b>2008</b>	0,9474	0,9142	1,0591	0,9497	0,9329
<b>2009</b>	0,9474	0,9142	1,0591	0,9497	0,9329
<b>2010</b>	0,9699	0,9445	1,0289	0,9511	0,9633

Apêndice Tabela 3. Crescimento Anual da População Total (%) (continua)

	<b>Portugal</b>	<b>Grécia</b>	<b>Suécia</b>	<b>Alemanha</b>	<b>França</b>
<b>1960</b>	0,0488%	0,7228%	0,6700%	0,7827%	1,2296%
<b>1961</b>	0,8051%	0,7929%	0,4711%	0,7699%	1,3379%
<b>1962</b>	0,7216%	0,5958%	0,5515%	0,8794%	1,4125%
<b>1963</b>	0,4036%	0,3709%	0,5636%	0,9259%	1,4115%
<b>1964</b>	0,0555%	0,3626%	0,7471%	0,8051%	1,3144%
<b>1965</b>	-0,4078%	0,4678%	0,9418%	0,8532%	1,1548%
<b>1966</b>	-0,7541%	0,7378%	0,9516%	0,8346%	0,9648%
<b>1967</b>	-0,6343%	0,8144%	0,7672%	0,4572%	0,8021%
<b>1968</b>	-0,4276%	0,6505%	0,5620%	0,4447%	0,7057%
<b>1969</b>	-0,8974%	0,3654%	0,7027%	0,7930%	0,7039%
<b>1970</b>	-0,8863%	0,2282%	0,9335%	0,3327%	0,7656%
<b>1971</b>	-0,4234%	0,4338%	0,6881%	0,1835%	0,8522%
<b>1972</b>	-0,1543%	0,6500%	0,2955%	0,4785%	0,9082%
<b>1973</b>	0,0309%	0,4541%	0,1724%	0,3149%	0,9061%
<b>1974</b>	1,3949%	0,3682%	0,2902%	0,0390%	0,8221%
<b>1975</b>	3,8004%	0,9387%	0,3973%	-0,3728%	0,6846%
<b>1976</b>	2,8441%	1,5532%	0,3637%	-0,4288%	0,5311%
<b>1977</b>	1,0618%	1,3011%	0,3552%	-0,2264%	0,4080%
<b>1978</b>	1,0790%	1,2966%	0,2911%	-0,0870%	0,3345%
<b>1979</b>	1,0720%	1,2467%	0,2182%	0,0442%	0,3318%
<b>1980</b>	1,0814%	0,9822%	0,2030%	0,2074%	0,3805%
<b>1981</b>	0,8671%	0,8966%	0,1199%	0,1523%	0,4418%
<b>1982</b>	0,6113%	0,6165%	0,0572%	-0,0951%	0,4898%
<b>1983</b>	0,4640%	0,5817%	0,0453%	-0,2622%	0,5313%
<b>1984</b>	0,3846%	0,4982%	0,0909%	-0,3457%	0,5585%
<b>1985</b>	0,2735%	0,3883%	0,1652%	-0,2235%	0,5737%
<b>1986</b>	0,0910%	0,3308%	0,2326%	0,0458%	0,5916%
<b>1987</b>	-0,0269%	0,3344%	0,3337%	0,1536%	0,6106%
<b>1988</b>	-0,1040%	0,3632%	0,4596%	0,3907%	0,6138%

<b>1989</b>	-0,1459%	0,5219%	0,6672%	0,7733%	0,5968%
<b>1990</b>	-0,2179%	1,0578%	0,7726%	0,8620%	0,5658%
<b>1991</b>	-0,2305%	1,2004%	0,6816%	0,7286%	0,0794%
<b>1992</b>	-0,0777%	0,7639%	0,5865%	0,7603%	0,4972%
<b>1993</b>	0,1223%	0,5883%	0,5808%	0,6574%	0,4333%
<b>1994</b>	0,2691%	0,5007%	0,7107%	0,3469%	0,3722%
<b>1995</b>	0,3462%	0,4672%	0,5247%	0,2939%	0,3612%
<b>1996</b>	0,3760%	0,4407%	0,1591%	0,2895%	0,3541%
<b>1997</b>	0,4465%	0,4933%	0,0573%	0,1463%	0,3537%
<b>1998</b>	0,5054%	0,5542%	0,0555%	0,0151%	0,3686%
<b>1999</b>	0,5656%	0,3835%	0,0779%	0,0646%	0,5144%
<b>2000</b>	0,7029%	0,4090%	0,1606%	0,1354%	0,6849%
<b>2001</b>	0,7052%	0,5199%	0,2685%	0,1682%	0,7278%
<b>2002</b>	0,5477%	0,3666%	0,3254%	0,1681%	0,7272%
<b>2003</b>	0,3754%	0,2386%	0,3721%	0,0554%	0,7088%
<b>2004</b>	0,2391%	0,2474%	0,3933%	-0,0217%	0,7363%
<b>2005</b>	0,1855%	0,2932%	0,3999%	-0,0568%	0,7538%
<b>2006</b>	0,1803%	0,3003%	0,5625%	-0,1128%	0,6972%
<b>2007</b>	0,1963%	0,2548%	0,7416%	-0,1337%	0,6187%
<b>2008</b>	0,1442%	0,2655%	0,7790%	-0,1901%	0,5589%
<b>2009</b>	0,0953%	0,2630%	0,8519%	-0,2534%	0,5145%
<b>2010</b>	0,0459%	0,1289%	0,8525%	-0,1532%	0,4940%

Apêndice Tabela 4. Crescimento Anual da Taxa da População em Idade Ativa (%) (continua)

	<b>Portugal</b>	<b>Grécia</b>	<b>Suécia</b>	<b>Alemanha</b>	<b>França</b>
<b>1960</b>	0,00090%	-0,00134%	0,00442%	-0,00632%	-0,00512%
<b>1961</b>	-0,01959%	-0,00209%	0,00425%	-0,00953%	-0,00225%
<b>1962</b>	-0,00125%	0,00245%	0,00341%	-0,00581%	0,00236%
<b>1963</b>	0,00051%	-0,00012%	0,00208%	-0,00688%	0,00307%
<b>1964</b>	0,00066%	-0,00234%	0,00024%	-0,00710%	0,00097%
<b>1965</b>	-0,00378%	-0,00168%	-0,00149%	-0,00655%	0,00057%
<b>1966</b>	0,00333%	-0,00045%	-0,00288%	-0,00739%	-0,00010%
<b>1967</b>	0,00778%	-0,00057%	-0,00355%	-0,00931%	-0,00060%
<b>1968</b>	0,00535%	-0,00182%	-0,00278%	-0,00762%	-0,00014%
<b>1969</b>	0,00068%	-0,00461%	-0,00209%	-0,00339%	0,00042%
<b>1970</b>	-0,04151%	-0,00956%	-0,00225%	0,00030%	0,00069%
<b>1971</b>	-0,00344%	-0,00583%	-0,00313%	-0,00126%	0,00019%
<b>1972</b>	0,00305%	-0,00014%	-0,00411	0,00053	0,00015
<b>1973</b>	-0,00106%	-0,00048%	-0,00431	0,00235	0,00063
<b>1974</b>	0,01948%	-0,00065%	-0,00435	0,00241	0,00163
<b>1975</b>	0,01412%	0,00067%	-0,00395	0,00242	0,00210
<b>1976</b>	-0,01664%	-0,00009%	-0,00277	0,00451	0,00292
<b>1977</b>	-0,00264%	-0,00158%	-0,00176	0,00565	0,00304
<b>1978</b>	-0,00019%	-0,00060%	-0,00049	0,00656	0,00274
<b>1979</b>	0,00175%	0,00046%	0,00134	0,00804	0,00344
<b>1980</b>	0,00397%	0,00434%	0,00246	0,01002	0,00536
<b>1981</b>	0,00475%	0,00570%	0,00283	0,01276	0,00821
<b>1982</b>	0,00463%	0,00486%	0,00275	0,01390	0,00828
<b>1983</b>	0,00544%	0,00561%	0,00209	0,01345	0,00737
<b>1984</b>	0,00577%	0,00493%	0,00102	0,00979	0,00661
<b>1985</b>	0,00475	0,00119	-0,00115	0,00459	0,00288
<b>1986</b>	0,00443	0,00151	-0,00197	0,00060	0,00031
<b>1987</b>	0,00498	0,00505	-0,00071	0,00099	0,00090
<b>1988</b>	0,00514	0,00505	-0,00039	-0,00298	0,00078

<b>1989</b>	0,00515	0,00542	-0,00051	-0,00299	-0,00006
<b>1990</b>	0,00606	0,00447	-0,00135	0,00367	-0,00146
<b>1991</b>	0,00552	0,00244	-0,00249	-0,01150	-0,00259
<b>1992</b>	0,00404	0,00156	-0,00267	-0,00850	-0,00227
<b>1993</b>	0,00304	0,00163	-0,00236	-0,00373	-0,00156
<b>1994</b>	0,00230	0,00171	-0,00154	-0,00122	-0,00126
<b>1995</b>	0,00208	0,00158	-0,00031	-0,00469	-0,00087
<b>1996</b>	0,00150	0,00168	0,00073	-0,00108	-0,00049
<b>1997</b>	0,00078	0,00172	0,00138	0,00003	-0,00037
<b>1998</b>	0,00021	0,00160	0,00196	0,00017	-0,00071
<b>1999</b>	-0,00006	0,00149	0,00261	-0,00071	-0,00119
<b>2000</b>	-0,00052	0,00151	0,00305	-0,00483	-0,00118
<b>2001</b>	-0,00146	-0,00927	0,00323	-0,00360	-0,00066
<b>2002</b>	-0,00198	-0,00233	0,00317	-0,00363	-0,00011
<b>2003</b>	-0,00193	-0,00246	0,00307	-0,00367	0,00044
<b>2004</b>	-0,00218	-0,00155	0,00279	-0,00508	0,00033
<b>2005</b>	-0,00185	-0,00123	0,00334	0,00684	0,00035
<b>2006</b>	-0,00092	-0,00100	0,00356	-0,00376	0,00076
<b>2007</b>	-0,00048	-0,00005	0,00188	-0,00428	0,00009
<b>2008</b>	-0,00103	-0,00085	-0,00061	-0,00138	-0,00148
<b>2009</b>	-0,00195	-0,00272	-0,00294	-0,00253	-0,00237
<b>2010</b>	-0,00278	-0,00480	-0,00486	-0,00141	-0,00222

Apêndice Tabela 5. Rácio Feminino/Masculino da Taxa de Participação no Mercado de Trabalho (continua)

	<b>Portugal</b>	<b>Grécia</b>	<b>Alemanha</b>	<b>Suécia</b>	<b>França</b>
<b>1960</b>	0,194681				
<b>1961</b>		0,460449			
<b>1962</b>					0,518788
<b>1963</b>					
<b>1964</b>					
<b>1965</b>				0,52801	
<b>1966</b>					
<b>1967</b>					
<b>1968</b>					0,533007
<b>1969</b>					
<b>1970</b>	0,301205				
<b>1971</b>		0,372946			
<b>1972</b>					
<b>1973</b>					
<b>1974</b>					
<b>1975</b>				0,762615	0,601504
<b>1976</b>				0,773714	
<b>1977</b>					
<b>1978</b>	0,588303				
<b>1979</b>	0,617681				0,628853
<b>1980</b>	0,614055				0,636588
<b>1981</b>	0,62907	0,461337			0,645807
<b>1982</b>	0,626604	0,453125		0,891078	0,657828
<b>1983</b>		0,477467	0,613266583	0,901163	0,69802
<b>1984</b>	0,674757	0,489571	0,627160494	0,91462	0,715909
<b>1985</b>	0,669927	0,509926	0,637484587	0,922002	0,718631
<b>1986</b>	0,649335	0,517024	0,646551724	0,94049	0,732573
<b>1987</b>	0,669915	0,522901	0,649446494	0,946387	0,737516

<b>1988</b>	0,686275	0,543367	0,659313725		0,746442
<b>1989</b>	0,692308	0,552699	0,667484663	0,947005	0,750973
<b>1990</b>	0,701474	0,554688	0,701583435		0,75817
<b>1991</b>	0,730488	0,528947	0,7454324		0,77321
<b>1992</b>	0,7325	0,547244	0,754320988		0,780423
<b>1993</b>	0,749681	0,555118	0,756857855		0,793883
<b>1994</b>	0,761658	0,561039	0,765586035		0,801598
<b>1995</b>	0,77356	0,573834	0,770100503	0,953518	0,809079
<b>1996</b>	0,781866	0,591731	0,773013871	0,953105	0,812997
<b>1997</b>	0,78618	0,598179	0,779319042	0,942748	0,811421
<b>1998</b>	0,786616	0,630968	0,784090909	0,917408	0,82024
<b>1999</b>	0,796203	0,651163	0,793190416	0,939086	0,824934
<b>2000</b>	0,808376	0,652062	0,799492386	0,950777	0,831117
<b>2001</b>	0,814628	0,647594	0,808375635	0,946451	0,829561
<b>2002</b>	0,816479	0,663212	0,815756036	0,953634	0,829139
<b>2003</b>	0,837531	0,671815	0,82278481	0,952381	0,850331
<b>2004</b>	0,841772	0,691327	0,824050633	0,946115	0,847682
<b>2005</b>	0,859316	0,695153	0,830024814		0,856383
<b>2006</b>	0,862374	0,700637	0,842558426	0,939655	0,861148
<b>2007</b>	0,867424	0,69898	0,849449204	0,943489	0,868809
<b>2008</b>	0,868852	0,700637	0,85	0,941248	0,872825
<b>2009</b>	0,881074	0,719745	0,856447689	0,938575	0,876
<b>2010</b>	0,895887	0,733418	0,860436893	0,930403	0,878505

Apêndice Tabela 6. Estatística Descritiva

<b>Variável</b>	<b>Obs</b>	<b>Média</b>	<b>Erro Pad.</b>	<b>Min</b>	<b>Máx</b>
<b>G</b>	240	0,02550	0,03004	-0,07915	0,13615
<b>POPGRO</b>	255	0,45905	0,48109	-0,89740	3,80041
<b>LFG</b>	255	0,00013	0,00515	-0,04151	0,01948
<b>RED</b>	255	0,89635	0,08944	0,67442	1,06377
<b>RLFPR</b>	154	0,74004	0,14484	0,19468	0,95363
<b>INV</b>	245	0,23423	0,04693	0,14253	0,42913
<b>Trade</b>	245	0,49014	0,14599	0,23110	0,93359
<b>CH</b>	255	2,61504	0,58233	1,29879	3,65333
<b>U5MR</b>	247	17,28826	19,16978	3,0	114,30